

# CONCURSO DE INGRESSO PARA O PROVIMENTO DOS CARGOS DE AUXILIAR TÉCNICO DE EDUCAÇÃO - 2013

## LEGISLAÇÃO – EDITAL - DOC DE 26/11/2013

### CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

#### CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

##### SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

**Art. 205** - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Art. 208** - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº - 59, de 2009](#)) ([Vide Emenda Constitucional nº - 59, de 2009](#))

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº - 14, de 1996](#))

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº - 53, de 2006](#))

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

**VII** - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº - 59, de 2009](#))

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

.....

## **CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE**

**Art. 225** - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; ([Regulamento](#))

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; ([Regulamento](#)) ([Regulamento](#))

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; ([Regulamento](#))

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; ([Regulamento](#))

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; ([Regulamento](#))

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. ([Regulamento](#))

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)



---

## LEI Nº - 8.069 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

---

DE 13 DE JULHO DE 1990

### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

**Art. 2º** - Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

**Parágrafo único** - Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

**Art. 3º** - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

**Art. 4º** - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

**Parágrafo único** - A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

**Art. 5º** - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

**Art. 6º** - Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

.....

## **CAPÍTULO II DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE**

**Art. 15** - A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

**Art. 16** - O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

**I** - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

**II** - opinião e expressão;

**III** - crença e culto religioso;

**IV** - brincar, praticar esportes e divertir-se;

**V** - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

**VI** - participar da vida política, na forma da lei;

**VII** - buscar refúgio, auxílio e orientação.

**Art. 17** - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

**Art. 18** - É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

.....

## **TÍTULO V DO CONSELHO TUTELAR**

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 131** - O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

**Art. 132** - Em cada município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha. [\(Redação dada pela Lei nº - 12.696, de 2012\)](#)

**Art. 133** - Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:

**I** - reconhecida idoneidade moral;

**II** - idade superior a vinte e um anos;

**III** - residir no município.

**Art. 134** - Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a: [\(Redação dada pela Lei nº - 12.696, de 2012\)](#)

**I** - cobertura previdenciária; [\(Incluído pela Lei nº - 12.696, de 2012\)](#)

**II** - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; [\(Incluído pela Lei nº - 12.696, de 2012\)](#)

III - licença-maternidade; ([Incluído pela Lei nº - 12.696, de 2012](#))

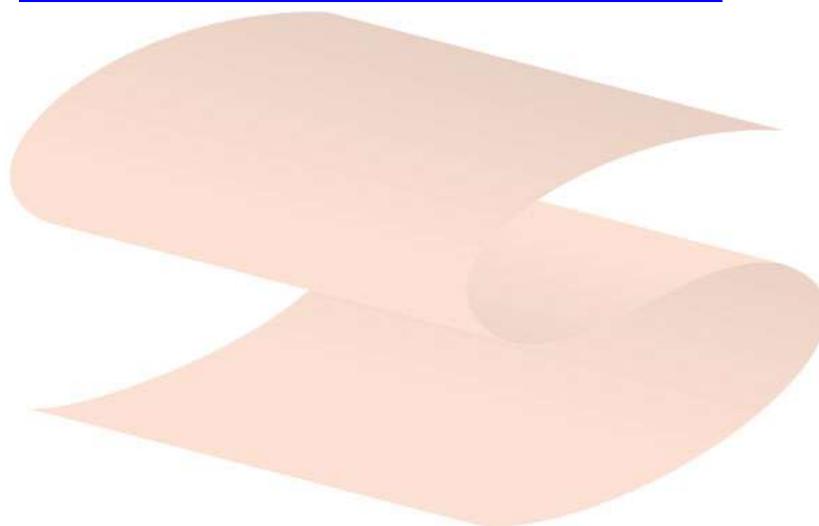
IV - licença-paternidade; ([Incluído pela Lei nº - 12.696, de 2012](#))

V - gratificação natalina. ([Incluído pela Lei nº - 12.696, de 2012](#))

**Parágrafo único** - Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares. ([Redação dada pela Lei nº - 12.696, de 2012](#))

**Art. 135** - O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral. ([Redação dada pela Lei nº - 12.696, de 2012](#))

**Fonte:** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)



## **LEI Nº - 9.394 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)**

DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

### **TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

**Art. 2º** - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Art. 3º** - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

**II** - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

**III** - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

**IV** - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

**V** - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

**VI** - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

**VII** - valorização do profissional da educação escolar;

**VIII** - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

**IX** - garantia de padrão de qualidade;

**X** - valorização da experiência extraescolar;

**XI** - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

**XII** - consideração com a diversidade étnico-racial. [\(Incluído pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

### **TÍTULO III**

## **DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR**

**Art. 4º** - O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

**I** - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: [\(Redação dada pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

**a)** pré-escola; [\(Incluído pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

**b)** ensino fundamental; [\(Incluído pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

**c)** ensino médio; [\(Incluído pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

**II** - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; [\(Redação dada pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

**III** - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; [\(Redação dada pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

**IV** - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; [\(Redação dada pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

**V** - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

**VI** - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

**VII** - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

**VIII** - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; [\(Redação dada pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

**IX** - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

**X** - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. [\(Incluído pela Lei nº - 11.700, de 2008\).](#)

**Art. 5º** - O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. [\(Redação dada pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

**§ 1º** - O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: [\(Redação dada pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

**I** - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; [\(Redação dada pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

**II** - fazer-lhes a chamada pública;

**III** - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

**§ 2º** - Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

**§ 3º** - Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do [§ 2º - do art. 208 da Constituição Federal](#), sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º - Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º - Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

**Art. 6º** - É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. [\(Redação dada pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

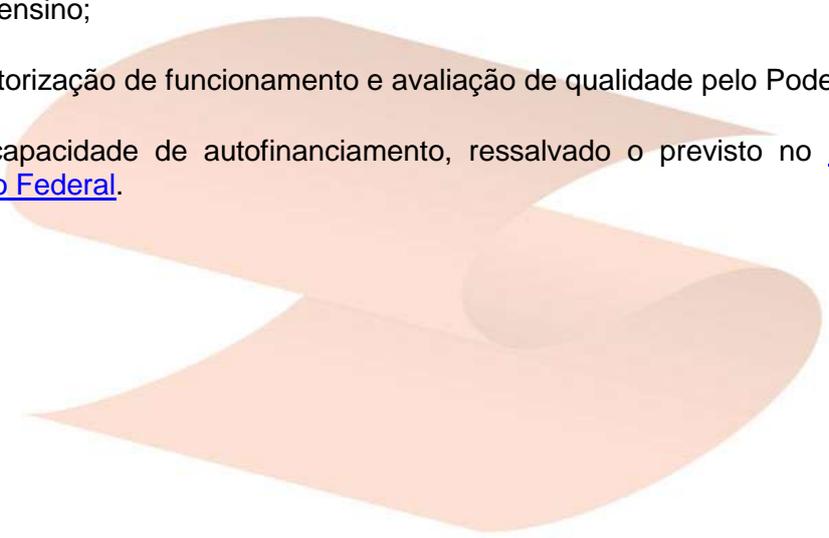
**Art. 7º** - O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no [art. 213 da Constituição Federal](#).

.....



---

## TÍTULO V DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

---

### CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO DOS NÍVEIS ESCOLARES

**Art. 21.** A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

.....

## **CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

### **SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 22** - A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

**Art. 23** - A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

**§ 1º** - A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

**§ 2º** - O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

**Art. 24** - A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

**I** - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

**II** - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

**a)** por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

**b)** por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

**c)** independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

**III** - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

**IV** - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

**V** - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

**VI** - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

**VII** - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

**Art. 25** - Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

**Parágrafo único** - Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

**Art. 26** - Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. [\(Redação dada pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

**§ 1º** - Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

**§ 2º** - O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. [\(Redação dada pela Lei nº - 12.287, de 2010\)](#)

**§ 3º** A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: [\(Redação dada pela Lei nº - 10.793, de 1º -12.2003\)](#)

**I** - que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; [\(Incluído pela Lei nº - 10.793, de 1º -12.2003\)](#)

II - maior de trinta anos de idade; [\(Incluído pela Lei nº - 10.793, de 1º -12.2003\)](#)

III - que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; [\(Incluído pela Lei nº - 10.793, de 1º -12.2003\)](#)

IV - amparado pelo [Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969](#); [\(Incluído pela Lei nº - 10.793, de 1º -12.2003\)](#)

V - [\(VETADO\)](#) [\(Incluído pela Lei nº - 10.793, de 1º -12.2003\)](#)

VI - que tenha prole. [\(Incluído pela Lei nº - 10.793, de 1º -12.2003\)](#)

§ 4º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

§ 5º - Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

§ 6º - A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº - 11.769, de 2008\)](#)

§ 7º - Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios. [\(Incluído pela Lei nº - 12.608, de 2012\)](#)

**Art. 26-A** - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. [\(Redação dada pela Lei nº - 11.645, de 2008\).](#)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. [\(Redação dada pela Lei nº - 11.645, de 2008\).](#)

§ 2º - Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. [\(Redação dada pela Lei nº - 11.645, de 2008\).](#)

**Art. 27** - Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

**Art. 28** - Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

## SEÇÃO II DA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Art. 29** - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. [\(Redação dada pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

**Art. 30** - A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. [\(Redação dada pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

**Art. 31** - A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: [\(Redação dada pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; [\(Incluído pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; [\(Incluído pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; [\(Incluído pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

**IV** - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; [\(Incluído pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

**V** - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. [\(Incluído pela Lei nº - 12.796, de 2013\)](#)

### **SEÇÃO III DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Art. 32** - O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: [\(Redação dada pela Lei nº - 11.274, de 2006\)](#)

**I** - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

**II** - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

**III** - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

**IV** - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

**§ 1º** - É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

**§ 2º** - Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

**§ 3º** - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

**§ 4º** - O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

**§ 5º** - O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. [\(Incluído pela Lei nº - 11.525, de 2007\).](#)

**§ 6º** - O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental. [\(Incluído pela Lei nº - 12.472, de 2011\).](#)

**Art. 33** - O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. ([Redação dada pela Lei nº - 9.475, de 22.7.1997](#))

**§ 1º** - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

**§ 2º** - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso."

**Art. 34** - A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

**§ 1º** - São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

**§ 2º** - O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

#### **SEÇÃO IV DO ENSINO MÉDIO**

**Art. 35** - O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

**I** - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

**II** - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

**III** - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

**IV** - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

**Art. 36** - O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

**I** - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

**II** - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

**III** - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

**IV** - serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. [\(Incluído pela Lei nº - 11.684, de 2008\)](#)

**§ 1º** - Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

**I** - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

**II** - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

**§ 3º** - Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

#### **SEÇÃO IV-A** **DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO**

[\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

**Art. 36-A** - Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

**Parágrafo único** - A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

**Art. 36-B** - A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

**I** - articulada com o ensino médio; [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

**II** - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

**Parágrafo único** - A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

**I** - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

**II** - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

**Art. 36-C** - A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

**Art. 36-D** - Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior. [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

**Parágrafo único** - Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho. [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

## **SEÇÃO V DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**Art. 37** - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º - O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º - A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

**Art. 38** - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º - Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º - Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

## CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

### DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

[\(Redação dada pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

**Art. 39** - A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. [\(Redação dada pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

§ 1º - Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

§ 2º - A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

II - de educação profissional técnica de nível médio; [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

III - de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

§ 3º - Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. [\(Incluído pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

**Art. 40** - A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. [\(Regulamento\)\(Regulamento\)](#)  
[\(Regulamento\)](#)

**Art. 41** - O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. [\(Redação dada pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

**Art. 42** - As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. [\(Redação dada pela Lei nº - 11.741, de 2008\)](#)

## CAPÍTULO IV DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

---

**Art. 43** - A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

**VI** - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

**VII** - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

**Art. 44** - A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:  
[\(Regulamento\)](#)

**I** - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; [\(Redação dada pela Lei nº - 11.632, de 2007\)](#).

**II** - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

**III** - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

**IV** - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

**Parágrafo único** - Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do **caput** deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. [\(Incluído pela Lei nº - 11.331, de 2006\)](#)

**Art. 45** - A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. [\(Regulamento\)](#) [\(Regulamento\)](#)

**Art. 46** - A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. [\(Regulamento\)](#) [\(Regulamento\)](#) [\(Vide Lei nº - 10.870, de 2004\)](#)

**§ 1º** - Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. [\(Regulamento\)](#) [\(Regulamento\)](#) [\(Vide Lei nº - 10.870, de 2004\)](#)

**§ 2º** - No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

**Art. 47** - Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

**§ 1º** - As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

**§ 2º** - Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

**§ 3º** - É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

**§ 4º** - As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

**Art. 48** - Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

**§ 1º** - Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

**§ 2º** - Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

**§ 3º** - Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

**Art. 49** - As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

**Parágrafo único** - As transferências ex-offício dar-se-ão na forma da lei.  
[\(Regulamento\)](#)

**Art. 50** - As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

**Art. 51** - As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão

em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

**Art. 52** - As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: [\(Regulamento\)](#) [\(Regulamento\)](#)

**I** - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

**II** - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

**III** - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

**Parágrafo único** - É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber. [\(Regulamento\)](#) [\(Regulamento\)](#)

**Art. 53** - No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

**I** - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; [\(Regulamento\)](#)

**II** - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

**III** - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

**IV** - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

**V** - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

**VI** - conferir graus, diplomas e outros títulos;

**VII** - firmar contratos, acordos e convênios;

**VIII** - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

**IX** - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

**X** - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

**Parágrafo único** - Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

- I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;
- II - ampliação e diminuição de vagas;
- III - elaboração da programação dos cursos;
- IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;
- V - contratação e dispensa de professores;
- VI - planos de carreira docente.

**Art. 54** - As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. [\(Regulamento\)](#) [\(Regulamento\)](#)

**§ 1º** - No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;

III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;

IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;

VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;

VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

**§ 2º** - Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

**Art. 55** - Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

**Art. 56** - As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

**Parágrafo único** - Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

**Art. 57** - Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas. ([Regulamento](#))

## **CAPÍTULO V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**Art. 58** - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. ([Redação dada pela Lei nº - 12.796, de 2013](#))

**§ 1º** - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

**§ 2º** - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

**§ 3º** - A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

**Art. 59** - Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: ([Redação dada pela Lei nº - 12.796, de 2013](#))

**I** - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

**II** - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

**III** - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

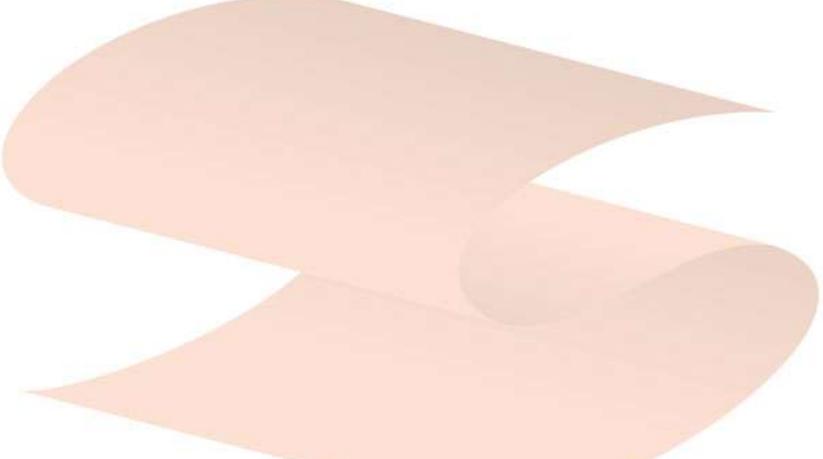
**IV** - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

**V** - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

**Art. 60** - Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

**Parágrafo único** - O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (Redação dada pela Lei nº - 12.796, de 2013)

**Fonte:** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)



## **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

### **TÍTULO VI DA ATIVIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO**

#### **CAPÍTULO I DA EDUCAÇÃO**

**Art. 204** - O Município garantirá a educação visando o pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício consciente da cidadania e para o trabalho, sendo-lhe assegurado:

**I** - igualdade de condições de acesso e permanência;

**II** - o direito de organização e de representação estudantil no âmbito do município, a ser definido no Regimento Comum das Escolas.

**Parágrafo único** - A lei definirá o percentual máximo de servidores da área de educação municipal que poderão ser comissionados em outros órgãos da administração pública.

**Art. 205** - O Município proverá o ensino fundamental noturno, regular e adequado às condições de vida do aluno que trabalha, inclusive para aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria.

**Art. 206** - O atendimento especializado às pessoas com deficiência dar-se-á na rede regular de ensino e em escolas especiais públicas, sendo-lhes garantido o acesso a todos os benefícios conferidos à clientela do sistema municipal de ensino e provendo sua efetiva integração social.

§ 1º - O atendimento às pessoas com deficiência poderá ser efetuado suplementarmente, mediante convênios e outras modalidades de colaboração com instituições sem fins lucrativos, sob supervisão dos órgãos públicos responsáveis, que objetivem a qualidade de ensino, a preparação para o trabalho e a plena integração da pessoa deficiente, nos termos da lei.

§ 2º - Deverão ser garantidas às pessoas com deficiência as eliminações de barreiras arquitetônicas dos edifícios escolares já existentes e a adoção de medidas semelhantes quando da construção de novos. (Alterado pela Emenda 29/07)

Fonte:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/educacao/cme/LOM.pdf>

## **LEI Nº - 8.989 - ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

DE 29 DE OUTUBRO DE 1979

### **DOS DEVERES E DA AÇÃO DISCIPLINAR**

#### **CAPÍTULO I DOS DEVERES**

**Art. 178** - São deveres do funcionário:

I - ser assíduo e pontual;

II - cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais;

**III** - desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido;

**IV** - guardar sigilo sobre os assuntos da Administração;

**V** - tratar com urbanidade os companheiros de serviço e o público em geral;

**VI** - residir no município ou mediante autorização, em localidade próxima; (Regulamentado pelo Decreto nº 16.644/80)

**VII** - manter sempre atualizada sua declaração de família, de residência e de domicílio;

**VIII** - zelar pela economia do material do Município e pela conservação do que for confiado à sua guarda ou utilização;

**IX** - apresentar-se convenientemente trajado em serviço, ou com o uniforme determinado, quando for o caso;

**X** - cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho;

**XI** - estar em dia com as leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço que digam respeito às suas funções:

**XII** - proceder, pública e particularmente, de forma que dignifique a função pública.

.....

---

## **CAPÍTULO III DA RESPONSABILIDADE**

**Art. 180** - O funcionário responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, sendo responsável por todos os prejuízos que, nesta qualidade, causar à Fazenda Municipal, por dolo ou culpa, devidamente apurados.

**Parágrafo único** - Caracteriza-se especialmente a responsabilidade;

**I** - pela sonegação de valores ou objetos confiados à sua guarda ou responsabilidade;

**II** - por não prestar contas ou por não as tomar, na forma e nos prazos estabelecidos em leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço;

**III** - pelas faltas, danos, avarias, e quaisquer outros prejuízos que sofrerem os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a seu exame e fiscalização;

**IV** - pela falta ou inexatidão das necessárias averbações nas notas de despacho, guias e outros documentos da receita ou que tenham com eles relação;

**V** - por qualquer erro de cálculo ou redução contra a Fazenda Municipal.

**Art. 181** - Nos casos de indenização à Fazenda Municipal, o funcionário será obrigado a repor, de uma só vez e com os acréscimos de lei e correção monetária, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimentos ou entradas nos prazos legais.

**Art. 182** - Excetuados os casos previstos no artigo anterior, será admitido o pagamento parcelado, na forma do artigo 96.

**Art. 183** - A responsabilidade administrativa não exime o funcionário da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber, nem o pagamento da indenização a que ficar obrigado o exime da pena disciplinar em que incorrer.

## **CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES**

**Art. 184** - São penas disciplinares:

**I** - repreensão;

**II** - suspensão;

**III** - demissão;

**IV** - demissão a bem do serviço público;

**V** - cassação de aposentadoria ou da disponibilidade.

**Art. 185** - A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos de indisciplina ou falta de cumprimento dos deveres funcionais.

**Art. 186** - A pena de suspensão, que não excederá a 90 (noventa) dias, será aplicada em casos de falta grave ou de reincidência.

**§ 1º** - O funcionário suspenso perderá, durante o período de cumprimento da suspensão, todos os direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo.

**§ 2º** - Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa, sendo o funcionário, nesse caso, obrigado a permanecer em exercício.

**§ 3º** - A multa não poderá exceder à metade dos vencimentos, nem perdurar por mais de 90 (noventa) dias.

**Art. 187** - A autoridade que tiver conhecimento de infração funcional que enseje a aplicação de penas de repreensão e suspensão até 5 (cinco) dias deverá

notificar por escrito o servidor da infração a ele imputada, com prazo de 3 (três) dias para oferecimento de defesa.

**§ 1º** - A defesa dirigida à autoridade notificante deverá ser feita por escrito e entregue contra recibo.

**§ 2º** - O não acolhimento da defesa ou sua não apresentação no prazo legal acarretará a aplicação das penalidades previstas no “caput” deste artigo, mediante ato motivado, expedindo-se a respectiva portaria e providenciada a anotação, em assentamento, da penalidade aplicada, após publicação no Diário Oficial do Município.”

(Artigo 187 e parágrafos 1º ao 4º alterados pelo Artigo 5º, parágrafos 1º e 2º da Lei nº - 10.806, de 27 de dezembro de 1989)

**Art. 188** - Será aplicada ao funcionário a pena de demissão nos casos de:

I - abandono do cargo;

II - faltas ao serviço, sem justa causa, por mais de 60 (sessenta) dias interpolados durante o ano;

III - procedimento irregular de natureza grave;

IV - acumulação proibida de cargos públicos, se provada a má fé;

V - ofensas físicas, em serviço ou em razão dele, a servidores ou particulares, salvo se em legítima defesa;

VI - transgressão dos incisos XII, XIII, XV, XVI, XVII e XVIII do artigo 179;

VII - ineficiência no serviço.

**§ 1º** - Dar-se-á por configurado o abandono do cargo, quando o funcionário faltar ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

**§ 2º** - A pena de demissão por ineficiência no serviço só será aplicada quando verificada a impossibilidade de readaptação.

**Art. 189** - Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que:

I - praticar ato de incontinência pública e escandalosa, ou dar-se a vícios de jogos proibidos;

II - praticar crime contra a boa ordem e a administração pública, a fé pública e a Fazenda Municipal, ou crime previsto nas leis relativas a Segurança e à Defesa Nacional;

III - revelar segredos de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função, desde que o faça dolosamente, com prejuízo para o Município ou para qualquer particular;

IV - praticar insubordinação grave;

V - lesar o patrimônio ou os cofres públicos;

**VI** - receber ou solicitar propinas, comissões ou vantagens de qualquer espécie, diretamente ou por intermédio de outrem, ainda que fora de suas funções, mas em razão delas;

**VII** - pedir, por empréstimo, dinheiro ou quaisquer valores a pessoas que tratem de interesse, ou tenham na unidade de trabalho, ou estejam sujeitas à sua fiscalização;

**VIII** - conceder vantagens ilícitas, valendo-se da função pública;

**IX** - exercer a advocacia administrativa.

**Art. 190** - O ato de demitir o funcionário mencionará sempre a disposição legal em que se fundamente.

**Art. 191** - Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade, se ficar provado que o inativo:

**I** - praticou, quando em atividade, falta grave para a qual, neste Estatuto, seja cominada pena de demissão ou demissão a bem do serviço público;

**II** - aceitou ilegalmente cargo ou função pública;

**III** - aceitou a representação de Estado estrangeiro, sem prévia autorização do presidente da República;

**IV** - praticou a usura em qualquer de suas formas.

**Art. 192** - As penalidades poderão ser abrandadas pela autoridade que as tiver de aplicar, levadas em conta as circunstâncias da falta disciplinar e o anterior comportamento do funcionário.

**Art. 193** - Deverão constar do assentamento individual do funcionário todas as penas que lhe forem impostas, ressalvada a hipótese do § 4º - do artigo 187.

**Art. 194** - Uma vez submetido a inquérito administrativo, o funcionário só poderá ser exonerado a pedido, depois de ocorrida absolvição ou após o cumprimento da penalidade que lhe houver sido imposta.

**Parágrafo único** - O disposto neste artigo não se aplica, a juízo da autoridade competente para impor a penalidade, aos casos de procedimentos disciplinares instaurados por infração aos incisos I ou II do Art. 188. ([Acrescentado pela Lei nº 10.798, de 22 de dezembro de 1989](#))

**Art. 195** - Para aplicação das penalidades previstas no artigo 184, são competentes:

**I** - o prefeito;

**II** - os secretários municipais, até a de suspensão;

**III** - os diretores de departamento ou autoridades equiparadas, até a de suspensão, limitada a 15 (quinze) dias;

**IV** - as demais chefias a que estiver subordinado o funcionário, nas hipóteses de repreensão e suspensão até 5 (cinco) dias.

**Parágrafo único** - O prefeito poderá delegar competência aos secretários para demissão nos casos dos incisos I, II e VII do artigo 188.  
(Regulamentado pelo Decreto nº 17.470/81)

**Art. 196** - Prescreverá:

**I** - em 2 (dois) anos, a falta que sujeite às penas de repreensão ou suspensão;

**II** - em 5 (cinco) anos, a falta que sujeite às penas de demissão, demissão a bem do serviço público e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

**A Lei nº 10.181, de 30 de outubro de 1986, acrescenta Parágrafo único:**

**Parágrafo único** - A falta também prevista como crime na lei penal prescreverá juntamente com ele, aplicando-se ao procedimento disciplinar, neste caso, os prazos prescricionais estabelecidos no Código Penal, quando superiores a 5 (cinco) anos.  
(Acrescentado pela Lei nº 10.181, de 30 de outubro de 1986)

**Art. 197** - Nas hipóteses dos incisos I e II do artigo anterior, a prescrição começa a correr da data em que a autoridade tomar conhecimento da existência da falta. (Redação dada pela Lei nº - 10.181, de 30 de outubro de 1986) .

**§ 1º** - O curso da prescrição interrompe-se pela abertura do competente procedimento administrativo.

**§ 2º** - Na hipótese do parágrafo anterior, todo o prazo começa a correr novamente, do dia da interrupção.

**FONTE:**

[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/Servidores%20-%20Estatuto\\_1265987442.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/Servidores%20-%20Estatuto_1265987442.pdf)

SINPEEM



## **LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999**

*Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**Art. 1º** - Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

**Art. 2º** - A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

**Art. 3º** - Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

**I** - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

**II** - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

**III** - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

**IV** - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

**V** - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

**VI** - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

**Art. 4º** - São princípios básicos da educação ambiental:

**I** - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

**II** - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

**III** - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

**IV** - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

**V** - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

**VI** - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

**VII** - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

**VIII** - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

**Art. 5º** - São objetivos fundamentais da educação ambiental:

**I** - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

**II** - a garantia de democratização das informações ambientais;

**III** - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

**IV** - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

**V** - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

**VI** - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

**VII** - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

## **CAPÍTULO II DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 6º** - É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental.

**Art. 7º** - A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

**Art. 8º** - As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

**I** - capacitação de recursos humanos;

**II** - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;

**III** - produção e divulgação de material educativo;

**IV** - acompanhamento e avaliação.

**§ 1º** - Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

**§ 2º** - A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

**I** - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;

**II** - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;

**III** - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;

**IV** - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

**V** - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

**§ 3º** - As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

**I** - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

**II** - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;

**III** - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;

**IV** - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;

**V** - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;

**VI** - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

## **SEÇÃO II**

### **DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL**

**Art. 9º** - Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

**I** - educação básica:

- a) educação infantil;
- b) ensino fundamental e
- c) ensino médio;
- II - educação superior;
- III - educação especial;
- IV - educação profissional;
- V - educação de jovens e adultos.

**Art. 10** - A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

**§ 1º** - A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

**§ 2º** - Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

**§ 3º** - Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

**Art. 11** - A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

**Parágrafo único** - Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

**Art. 12** - A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

### **SEÇÃO III**

#### **DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL**

**Art. 13** - Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

**Parágrafo único** - O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivar:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

**II** - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

**III** - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

**IV** - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

**V** - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

**VI** - a sensibilização ambiental dos agricultores;

**VII** - o ecoturismo.

### **CAPÍTULO III DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**Art. 14** - A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei.

**Art. 15** - São atribuições do órgão gestor:

**I** - definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional;

**II** - articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional;

**III** - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

**Art. 16** - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

**Art. 17** - A eleição de planos e programas, para fins de alocação de recursos públicos vinculados à Política Nacional de Educação Ambiental, deve ser realizada levando-se em conta os seguintes critérios:

**I** - conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental;

**II** - prioridade dos órgãos integrantes do Sisnama e do Sistema Nacional de Educação;

III - economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar e o retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto.

**Parágrafo único** - Na eleição a que se refere o caput deste artigo, devem ser contemplados, de forma equitativa, os planos, programas e projetos das diferentes regiões do País.

**Art. 18** - [\(VETADO\)](#)

**Art. 19** - Os programas de assistência técnica e financeira relativos a meio ambiente e educação, em níveis federal, estadual e municipal, devem alocar recursos às ações de educação ambiental.

## **CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 20** - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Educação.

**Art. 21** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

SINPEEM

---

**DECRETO Nº - 54.453**  
**(DOC de 11/10/2013, páginas 01 e 03)**

**DE 10 DE OUTUBRO DE 2013**

***Fixa as atribuições dos profissionais de educação que integram as equipes escolares das unidades educacionais da rede municipal de ensino.***

FERNANDO HADDAD, prefeito do município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por lei e considerando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Lei nº - 14.660, de 26 de dezembro de 2007, na Deliberação CME nº - 03/97, na Indicação CME nº - 04/97 e no Parecer CME nº - 142/09,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Ficam fixadas, na conformidade do Anexo Único deste decreto, as atribuições dos **PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO QUE INTEGRAM AS EQUIPES ESCOLARES DAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, AS quais deverão constar dos respectivos regimentos educacionais.

**Art. 2º** - As disposições deste decreto aplicam-se, no que couber, aos Centros de Convivência Infantil (CCIs) e aos Centros Integrados de Proteção à Saúde – CIPS, vinculados administrativamente às respectivas Secretarias, Autarquias e à Câmara Municipal e pedagogicamente à Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei nº - 13.326, de 13 de fevereiro de 2002 e do Decreto nº - 42.248, de 5 de agosto de 2002.

**Art. 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº - 33.991, de 24 de fevereiro de 1994, o Decreto nº - 35.216, de 22 de junho de 1995, e o Decreto nº - 50.616, de 15 de maio de 2009.

**ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 54.453  
DE 10 DE OUTUBRO DE 2013**

**ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO INTEGRANTES DAS  
UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

**CAPÍTULO I  
DA EQUIPE ESCOLAR**

**Art. 1º** - A equipe escolar das unidades educacionais da rede municipal de ensino, da Secretaria Municipal de Educação, é constituída por:

**I** - Equipe gestora, nos Cemeis, CEIs, Emeis, Emefs, Emefms e Emebss, compreendendo os seguintes profissionais: diretor de escola, assistente de diretor de escola e coordenador pedagógico;

**II** - Equipe docente, nos CEIs, Cemeis, Emeis, Emefs, Emefms e Emebss, compreendendo os seguintes profissionais: professores que compõem o módulo da unidade, professores com laudo de readaptação funcional e, no que couber, professores designados para outras funções docentes e cargos de provimento em comissão do Quadro do Magistério Municipal destinados à extinção na vacância, nos termos da Lei nº - 14.660, de 20 de dezembro de 2007;

**III** - Equipe de apoio à educação, nos CEIs, Cemeis, Emeis, Emefs, Emefms e Emebss, compreendendo os seguintes profissionais: auxiliares de desenvolvimento infantil, agentes escolares, agentes de apoio, auxiliares técnicos de educação, assistentes de gestão de políticas públicas, profissionais com laudo de readaptação funcional/restrrição de função e cargos de provimento em comissão do Quadro do Magistério Municipal destinados à extinção na vacância, nos termos da Lei nº - 14.660, de 20 de dezembro de 2007.

**§ 1º** - Além da equipe discriminada no inciso III deste artigo, as Emefs, Emefms e Emebss contarão com o Secretário de Escola.

**§ 2º** - Os Ciejas e CMCTs serão supridos com recursos humanos na conformidade da pertinente legislação.

**Art. 2º** - Os direitos e deveres de todos os que fazem parte da Equipe Escolar são os previstos nos respectivos regimentos educacionais das unidades a que se encontrem vinculados, bem como nas demais normas legais vigentes, assegurada a equidade entre os diversos cargos/funções equivalentes.

## **CAPÍTULO II DA EQUIPE GESTORA**

**Art 3º** - A equipe gestora é responsável pela administração e coordenação dos recursos e das ações curriculares propostas nos projetos político-pedagógicos de cada unidade educacional.

### **DO DIRETOR DE ESCOLA**

**Art. 4º** - A função de diretor de escola deve ser entendida como a do gestor responsável pela coordenação do funcionamento geral da escola, de modo a assegurar as condições e recursos necessários ao pleno desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva de favorecer o constante aprimoramento da proposta educativa e execução das ações e deliberações coletivas do Conselho de Escola, observadas as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação e a legislação em vigor.

**Parágrafo único.** A função de diretor de escola é exercida por titular do cargo correspondente, de provimento efetivo, na forma prevista em lei.

**Art. 5º** - São competências do diretor de escola, além de outras que lhe forem cometidas, respeitada a legislação pertinente:

**I** - assegurar o cumprimento das disposições legais e das diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação;

**II** - submeter, à apreciação das instâncias superiores, a implantação de propostas curriculares diferenciadas;

**III** - acompanhar e implementar os programas e projetos vinculados a outras esferas governamentais;

**IV** - garantir o acesso e a permanência do aluno na unidade educacional;

**V** - garantir a adoção das medidas disciplinares previstas nas normas de convívio do regimento educacional e registradas no projeto político-pedagógico da unidade educacional;

**VI** - aplicar as sanções aos alunos, quando for o caso;

**VII** - assinar, juntamente com o secretário de escola, todos os documentos relativos à vida escolar dos alunos expedidos pela unidade educacional;

**VIII** - conferir diplomas e certificados de conclusão de curso;

**IX** - coordenar a utilização do espaço físico da unidade educacional, no que se refere:

a) ao atendimento e acomodação da demanda, inclusive à criação e supressão de classes;

b) aos turnos de funcionamento;

c) à distribuição de classes por turno;

**X** - encaminhar, na sua área de competência, os recursos e processos, bem como petições, representações ou ofícios dirigidos a qualquer autoridade e/ou remetê-los devidamente informados a quem de direito, observados os prazos legais, quando for o caso;

**XI** - dar exercício a servidores nomeados, designados ou encaminhados para prestar serviços na unidade educacional;

**XII** - controlar a frequência diária dos servidores, atestar a frequência mensal, bem como responder pelas folhas de frequência e pagamento do pessoal, nos termos da legislação;

**XIII** - organizar a escala de férias, assegurando o pleno funcionamento da unidade educacional, nos termos da pertinente legislação;

**XIV** - gerenciar e atestar a execução de prestação de serviços terceirizados, observadas as cláusulas contratuais;

**XV** - apurar ou fazer apurar irregularidades de que venha a tomar conhecimento no âmbito da escola, comunicando e prestando informações a seu respeito ao Conselho de Escola e aos órgãos da administração, se necessário;

**XVI** - aplicar as penalidades aos servidores de acordo com as normas estatutárias;

**XVII** - encaminhar mensalmente, ao Conselho de Escola, a prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros.

**Art. 6º** - São atribuições do diretor de escola:

**I** - coordenar a elaboração do projeto político-pedagógico, acompanhar e avaliar a sua execução em conjunto com a comunidade educativa e o Conselho de Escola/CEI/Cieja, observadas as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação;

**II** - elaborar o plano de trabalho da direção em conjunto com o assistente de diretor, indicando metas, formas de acompanhamento e avaliação dos resultados e impactos da gestão;

**III** - participar, em conjunto com a equipe escolar, da definição, implantação e implementação das normas de convívio da unidade educacional;

**IV** - favorecer a viabilização de projetos educacionais propostos pelos segmentos da unidade educacional ou pela comunidade local, à luz do projeto político-pedagógico;

**V** - possibilitar a introdução das inovações tecnológicas nos procedimentos administrativos e pedagógicos da unidade educacional;

**VI** - prover as condições necessárias para o atendimento aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

**VII** - implementar a avaliação institucional da unidade educacional em face das diretrizes, prioridades e metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação;

**VIII** - acompanhar, avaliar e promover a análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e de quaisquer instrumentos avaliativos da aprendizagem dos alunos frente aos indicadores de aproveitamento escolar, estabelecendo conexões com a elaboração do projeto político-pedagógico, plano de ensino e do plano de trabalho da direção da unidade educacional, com vistas ao constante aprimoramento da ação educativa;

**IX** - buscar alternativas para a solução dos problemas pedagógicos e administrativos da unidade educacional;

**X** - planejar estratégias que possibilitem a construção de relações de cooperação que favoreçam a formação de parcerias e que atendam às reivindicações da comunidade local, em consonância com os propósitos pedagógicos da unidade educacional;

**XI** - promover a integração da unidade educacional com a comunidade, bem como programar atividades que favoreçam essa participação;

**XII** - coordenar a gestão da unidade educacional, promovendo a efetiva participação da comunidade educativa na tomada de decisões, com vistas à melhoria da aprendizagem dos alunos e das condições necessárias para o trabalho do professor;

**XIII** - promover a organização e funcionamento da unidade educacional, de forma a atender às demandas e aspectos pertinentes de ordem administrativa e pedagógica, de acordo com as determinações legais;

**XIV** - coordenar e acompanhar as atividades administrativas, relativas a:

a) folha de frequência;

b) fluxo de documentos de vida escolar;

c) fluxo de matrículas e transferências de alunos;

d) fluxo de documentos de vida funcional;

e) fornecimento e atualização de dados e outros indicadores dos sistemas gerenciais, respondendo pela sua fidedignidade;

f) comunicação às autoridades competentes e ao Conselho de Escola dos casos de doenças contagiosas e irregularidades graves ocorridas na unidade educacional;

**XV** - diligenciar para que o prédio escolar e os bens patrimoniais da unidade educacional sejam mantidos e preservados:

a) coordenando e orientando toda a equipe escolar quanto ao uso dos equipamentos e materiais de consumo, bem como a manutenção e conservação dos bens patrimoniais e realizando o seu inventário, anualmente ou quando solicitado pelos órgãos da Secretaria Municipal de Educação;

b) adotando, com o Conselho de Escola, medidas que estimulem a comunidade a se corresponsabilizar pela preservação do prédio e dos equipamentos escolares, informando aos órgãos competentes as necessidades de reparos, reformas e ampliações;

**XVI** - gerir os recursos humanos e financeiros recebidos pela unidade educacional juntamente com as instituições auxiliares constituídas em consonância com as determinações legais;

**XVII** - delegar atribuições, quando se fizer necessário.

**Art. 7º** - A substituição do diretor de escola, nos seus impedimentos legais, observará o disposto em portaria específica, respeitada a forma de provimento do cargo.

## **DO ASSISTENTE DE DIRETOR DE ESCOLA**

**Art. 8º** - São atribuições do assistente de diretor de escola:

**I** - substituir o diretor, em seus impedimentos legais, na forma definida em portaria específica;

**II** - responder pela gestão da escola, nas ausências do diretor de escola;

**III** - atuar conjuntamente com o diretor de escola no desempenho de suas atribuições específicas.

**Art. 9º** - A substituição do assistente de diretor de escola, nos seus impedimentos legais, observará o disposto em portaria específica, respeitada a forma de provimento do cargo.

## **DO COORDENADOR PEDAGÓGICO**

**Art. 10** - O coordenador pedagógico é o responsável pela coordenação, articulação e acompanhamento dos programas, projetos e práticas pedagógicas desenvolvidas na unidade educacional, em consonância com as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação, respeitada a legislação em vigor.

**Parágrafo único** - A função de coordenador pedagógico é exercida por titular do cargo correspondente, de provimento efetivo, na forma prevista em lei, observado o módulo fixado em portaria específica.

**Art. 11** - São atribuições do coordenador pedagógico:

**I** - coordenar a elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico da unidade educacional, visando a melhoria da qualidade de ensino, em consonância com as diretrizes educacionais do município;

**II** - elaborar o plano de trabalho da coordenação pedagógica, articulado com o plano da direção da escola, indicando metas, estratégias de formação, cronogramas de formação continuada e de encontros para o planejamento do acompanhamento e avaliação com os demais membros da equipe gestora;

**III** - coordenar a elaboração, implementação e integração dos planos de trabalho dos professores e demais profissionais em atividades docentes, em consonância com o projeto político-pedagógico e as diretrizes curriculares da Secretaria Municipal de Educação;

**IV** - assegurar a implementação e avaliação dos programas e projetos que favoreçam a inclusão dos educandos, em especial dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

**V** - promover a análise dos resultados das avaliações internas e externas, estabelecendo conexões com a elaboração dos planos de trabalho dos docentes, da coordenação pedagógica e dos demais planos constituintes do projeto político-pedagógico;

**VI** - analisar os dados referentes às dificuldades nos processos de ensino e aprendizagem, expressos em quaisquer instrumentos internos e externos à unidade educacional, garantindo a implementação de ações voltadas à sua superação;

**VII** - identificar, em conjunto com a equipe docente, casos de alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem e desenvolvimento e, por isso, necessitem de atendimento diferenciado, orientando os encaminhamentos pertinentes, inclusive no que se refere aos estudos de recuperação contínua e, se for o caso, paralela no ensino fundamental e médio;

**VIII** - planejar ações que promovam o engajamento da Equipe Escolar na efetivação do trabalho coletivo, assegurando a integração dos profissionais que compõem a unidade educacional;

**IX** - participar da elaboração de critérios de avaliação e acompanhamento das atividades pedagógicas desenvolvidas na unidade educacional;

**X** - acompanhar e avaliar o processo de avaliação, nas diferentes atividades e componentes curriculares, bem como assegurar as condições para os registros do processo pedagógico;

**XI** - participar, em conjunto com a comunidade educativa, da definição, implantação e implementação das normas de convívio da unidade educacional;

**XII** - organizar e sistematizar, com a Equipe Docente, a comunicação de informações sobre o trabalho pedagógico, inclusive quanto à assiduidade e à necessidade de compensação de ausências dos alunos junto aos pais ou responsáveis;

**XIII** - promover o acesso da equipe docente aos diferentes recursos pedagógicos e tecnológicos disponíveis na unidade educacional, garantindo a instrumentalização dos professores quanto à sua organização e uso;

**XIV** - participar da elaboração, articulação e implementação de ações, integrando a unidade educacional à comunidade e aos equipamentos locais de apoio social;

**XV** - promover e assegurar a implementação dos programas e projetos da Secretaria Municipal de Educação, por meio da formação dos professores, bem como a avaliação e acompanhamento da aprendizagem dos alunos, no que concerne aos avanços, dificuldades e necessidades de adequação;

**XVI** - participar das diferentes instâncias de discussão para a tomada de decisão quanto à destinação de recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive a verba do Programa de Transferência de Recursos Financeiros - PTRF e do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE da unidade educacional;

**XVII** - participar dos diferentes momentos de avaliação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, promovendo estudos de caso em conjunto com os professores e estabelecendo critérios para o encaminhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem;

**XVIII** - orientar, acompanhar e promover ações que integrem estagiários, cuidadores e outros profissionais no desenvolvimento das atividades curriculares;

**XIX** - participar das atividades de formação continuada promovidas pelos órgãos regionais e central da Secretaria Municipal de Educação, com vistas ao constante aprimoramento da ação educativa.

**Art. 12** - A substituição do Coordenador Pedagógico, nos seus eventuais impedimentos legais, observará o disposto em portaria específica, respeitada a forma de provimento do cargo.

### **CAPÍTULO III DA EQUIPE DOCENTE**

**Art. 13** - A ação docente deve ser entendida como processo planejado de intervenções diretas e contínuas entre a realidade do educando e o saber sistematizado, visando a apropriação e construção de conhecimentos e aquisição de habilidades pelos alunos, observadas as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação e demais dispositivos legais.

**Art. 14** - A docência será exercida por professores:

**I** - titulares de cargos da classe dos docentes da carreira do Magistério Municipal;

**II** - designados para outras funções docentes;

**III** - nomeados para cargos de provimento em comissão do Quadro do Magistério Municipal, destinados à extinção na vacância nos termos da Lei nº - 14.660, de 26 de dezembro de 2007.

**Art. 15** - São atribuições da equipe docente:

**I** - participar da elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico da unidade educacional, visando a melhoria da qualidade da educação, em consonância com as diretrizes educacionais da Secretaria Municipal de Educação;

**II** - elaborar o plano de ensino da turma e do componente curricular, observadas as metas e objetivos propostos no projeto político-pedagógico e as diretrizes curriculares da Secretaria Municipal de Educação;

**III** - zelar pela aprendizagem e frequência dos alunos;

**IV** - considerar as informações obtidas na apuração do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e de outros instrumentos avaliativos de aproveitamento escolar, bem como as metas de aprendizagem indicadas para a unidade educacional na elaboração do plano de ensino;

**V** - planejar e ministrar aulas, registrando os objetivos, atividades e resultados do processo educativo, tendo em vista a efetiva aprendizagem de todos os alunos;

**VI** - planejar e desenvolver, articuladamente com os demais profissionais, atividades pedagógicas compatíveis com os vários espaços de ensino e de aprendizagem existentes na unidade educacional;

**VII** - articular as experiências dos alunos com o conhecimento sistematizado, valendo-se de princípios metodológicos, procedimentos didáticos e instrumentos que possibilitem o pleno aproveitamento das atividades desenvolvidas;

**VIII** - discutir com os alunos e com os pais ou responsáveis as propostas de trabalho da unidade educacional, formas de acompanhamento da vida escolar e procedimentos adotados no processo de avaliação das crianças, jovens e adultos;

**IX** - identificar, em conjunto com o coordenador pedagógico, alunos que apresentem necessidades de atendimento diferenciado, comprometendo-se com as atividades de recuperação contínua e paralela;

**X** - adotar, em conjunto com o coordenador pedagógico, as medidas e encaminhamentos pertinentes ao atendimento dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

**XI** - planejar e executar atividades de recuperação contínua, paralela e compensação de ausências, de forma a assegurar oportunidades de aprendizagem aos alunos;

**XII** - adequar os procedimentos didáticos e pedagógicos que viabilizem a implementação da educação inclusiva e da educação de jovens e adultos;

**XIII** - manter atualizado o registro das ações pedagógicas, tendo em vista a avaliação contínua do processo educativo;

**XIV** - participar das atividades de formação continuada oferecidas para o seu aperfeiçoamento, bem como de cursos que possam contribuir para o seu crescimento e atualização profissional;

**XV** - atuar na implementação dos programas e projetos da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se com suas diretrizes, bem como com o alcance das metas de aprendizagem;

**XVI** - participar das diferentes instâncias de tomada de decisão quanto à destinação de recursos materiais e financeiros da unidade educacional;

**XVII** - participar da definição, implantação e implementação das normas de convívio da unidade educacional.

**Art. 16** - Caberá aos profissionais de educação docentes designados para exercer outras funções, além das atribuições descritas no artigo anterior, aquelas definidas em regulamento próprio.

## **CAPÍTULO IV DA EQUIPE DE APOIO À EDUCAÇÃO**

**Art. 17** - As atividades da equipe de apoio à educação se constituem no suporte necessário ao processo de ensino e devem ter como princípio o caráter educacional de suas ações.

**Art. 18** - A equipe de apoio à educação compõe-se pelos profissionais referidos no inciso III do “caput” e no § 1º -, ambos do artigo 1º - deste Anexo Único.

**Parágrafo único** - Os profissionais da equipe de apoio à educação participarão, no que couber, das reuniões programadas pela unidade educacional.

**Art. 19** - São atribuições do agente de apoio, segmento vigilância, zeladoria e portaria:

**I** - vigiar, inspecionar e vistoriar o prédio escolar e suas instalações, equipamentos e materiais;

**II** - auxiliar no atendimento e organização dos educandos, nos horários de entrada e saída;

**III** - desempenhar as atividades de portaria;

**IV** - colaborar na manutenção da disciplina e participar, em conjunto com a equipe escolar, da implementação das normas de convívio;

**V** - prestar atendimento ao público interno e externo, com habilidade no relacionamento pessoal e transmissão de informações;

**VI** - executar atividades correlatas atribuídas pela direção da unidade educacional.

**Art. 20** - São atribuições do agente escolar:

**I** - executar as atividades de limpeza, higiene, conservação, manutenção do prédio escolar e de suas instalações, equipamentos e materiais;

**II** - receber, estocar, controlar o consumo e preparar os alimentos destinados ao Programa de Alimentação Escolar, observadas as diretrizes, orientações e demais normas fixadas pelo órgão responsável;

**III** - executar atividades de lavanderia;

**IV** - auxiliar no atendimento e organização dos alunos, nas áreas de circulação interna/externa, nos horários de entrada, recreio e saída;

**V** - prestar assistência aos alunos nas atividades desenvolvidas fora da sala de aula;

**VI** - auxiliar no atendimento aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

**VII** - desempenhar atividades de portaria;

**VIII** - prestar atendimento ao público interno e externo, com habilidade no relacionamento pessoal e transmissão de informações;

**IX** - colaborar na manutenção da disciplina e participar, em conjunto com a equipe escolar, da implementação das normas de convívio;

**X** - executar atividades correlatas atribuídas pela direção da unidade educacional.

**§ 1º** - As atribuições previstas nos incisos I e II deste artigo serão exercidas pelos agentes escolares apenas nas unidades educacionais onde não houver prestação de serviços terceirizados de limpeza e/ou alimentação escolar, respectivamente.

**§ 2º** - Os agentes de apoio, segmento serviços gerais e cozinha, quando em exercício nos centros de educação infantil – CEIs, exercerão as atribuições referidas neste artigo.

**Art. 21** - Os profissionais que atuam na secretaria da unidade educacional são responsáveis pela escrituração, documentação e arquivos escolares, garantindo o fluxo de documentos e informações facilitadoras e necessárias ao processo pedagógico e administrativo.

**Art. 22** - São atribuições do secretário de escola:

**I** - programar e organizar a divisão de tarefas da secretaria da unidade educacional com seus auxiliares, proceder à sua implementação e responsabilizar-se pela sua execução;

**II** - coordenar, organizar e responder pelo expediente geral da secretaria da unidade educacional:

a) computando e classificando dados referentes à organização da escola;

b) apontando a frequência dos funcionários, identificando-os;

c) atendendo ao público, na área de sua competência;

d) comunicando à equipe gestora os casos de alunos que necessitam regularizar sua vida escolar, seja quanto à falta de documentação, lacunas curriculares, necessidade de adaptação e outros aspectos pertinentes, observados os prazos estabelecidos pela legislação em vigor;

e) mantendo atualizados os registros de aproveitamento e frequência dos alunos, bem como os sistemas gerenciais de dados;

**III** - executar atividades de natureza técnico-administrativa da secretaria da escola, com uso das tecnologias de comunicação e informação (TICs) e apoio de softwares da Prefeitura;

**IV** - responder pela escrituração e documentação, assinando os documentos que devem, por lei, conter sua assinatura;

**V** - fornecer, nas datas estabelecidas pelo cronograma anual da escola, dados e informações da organização da unidade escolar necessários à elaboração e revisão do projeto político-pedagógico da escola;

**VI** - proceder à efetivação das matrículas dos alunos;

**VII** - executar atividades correlatas, após discussão e aprovação pelo Conselho de Escola e definidas no projeto político pedagógico da unidade educacional;

**VIII** - responsabilizar-se pela alimentação, atualização e correção dos dados registrados e incluídos nos sistemas gerenciais informatizados da Prefeitura, observados os prazos estabelecidos;

**IX** - prestar atendimento ao público interno e externo, com habilidade no relacionamento pessoal e transmissão de informações;

**X** - colaborar para a manutenção da disciplina e participar, em conjunto com a equipe escolar, da implementação das normas de convívio;

**XI** - executar atividades correlatas atribuídas pela direção da unidade educacional.

**Art. 23** - São atribuições do auxiliar técnico de educação, quando no exercício de serviços de secretaria:

**I** - executar atividades de natureza técnico-administrativa da secretaria da escola, com uso das tecnologias de comunicação e informação (TICs) e apoio de softwares da Prefeitura, em especial:

- a) receber, classificar, arquivar, instruir e encaminhar documentos ou expedientes de funcionários e de alunos da escola, garantindo sua atualização;
- b) controlar e registrar dados relativos à vida funcional dos servidores da escola e à vida escolar dos alunos;
- c) digitar documentos, expedientes e processos, inclusive os de natureza didático-pedagógica;

**II** - executar atividades auxiliares de administração relativas ao recenseamento e da frequência dos alunos; **III** - fornecer dados e informações da organização escolar de acordo com cronograma estabelecido no projeto político-pedagógico da escola ou determinado pelos órgãos superiores;

**III** - fornecer dados e informações da organização escolar de acordo com cronograma estabelecido no projeto político-pedagógico da escola ou determinado pelos órgãos superiores;

**IV** - responsabilizar-se pelas tarefas que lhe forem atribuídas pela direção da escola ou secretário de escola, respeitada a legislação;

**V** - atender ao público em geral, prestando informações e transmitindo avisos e recados;

**VI** - prestar atendimento ao público interno e externo, com habilidade no relacionamento pessoal e transmissão de informações;

**VII** - executar atividades correlatas atribuídas pela direção da unidade educacional;

**VIII** - realizar a alimentação, atualização e correção dos dados registrados e incluídos nos sistemas gerenciais informatizados da Prefeitura, observados os prazos estabelecidos;

**IX** - colaborar para a manutenção da disciplina e participar, em conjunto com a equipe escolar, da implementação das normas de convívio.

**Parágrafo único** - Aos ocupantes de cargos de auxiliar administrativo de ensino, de auxiliar de secretaria e de assistente de gestão de políticas públicas, em exercício em unidades educacionais, caberá à execução das atribuições a que se refere este artigo.

**Art. 24** - São atribuições do auxiliar técnico de educação quando no exercício de atividades de inspeção escolar:

**I** - dar atendimento e acompanhamento aos alunos nos horários de entrada, saída, recreio e em outros períodos em que não houver a assistência do professor;

**II** - comunicar à direção da escola eventuais enfermidades ou acidentes ocorridos com os alunos, bem como outras ocorrências graves;

**III** - participar de programas e projetos definidos no projeto político-pedagógico da unidade educacional que visem à prevenção de acidentes e de uso indevido de substâncias nocivas à saúde dos alunos;

**IV** - auxiliar os professores quanto a providências de assistência diária aos alunos;

**V** - colaborar no controle dos alunos quando da participação em atividades extra ou intraescolar de qualquer natureza;

**VI** - colaborar nos programas de recenseamento e controle de frequência diária dos alunos, inclusive para fins de fornecimento de alimentação escolar;

**VII** - acompanhar os alunos à sua residência, quando necessário;

**VIII** - prestar atendimento ao público interno e externo, com habilidade no relacionamento pessoal e transmissão de informações;

**IX** - executar atividades correlatas atribuídas pela direção da unidade educacional;

**X** - auxiliar no atendimento aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

**XI** - colaborar para a manutenção da disciplina e participar, em conjunto com a equipe escolar, da implementação das normas de convívio;

**Parágrafo único** - Aos ocupantes de cargos de inspetor de alunos em exercício em unidades educacionais caberá a execução das atribuições a que se refere este artigo.

**Art. 25** - São atribuições do cargo de auxiliar de desenvolvimento infantil:

**I** - atender, na sua área de atuação, às especificidades do centro de educação infantil, considerando o seu projeto político-pedagógico;

**II** - zelar pela saúde das crianças, por meio de cuidados, orientações e estímulos, visando a aquisição de hábitos saudáveis de alimentação, de higiene e demais condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento;

**III** - zelar pela saúde das crianças, oferecendo condições de satisfação de suas necessidades de sol, ar livre e repouso;

**IV** - colaborar para a higienização dos ambientes e materiais utilizados pelas crianças;

**V** - estimular e contribuir para o desenvolvimento das crianças, nos seus aspectos psicomotor, intelectual, afetivo, social e da linguagem;

**VI** - zelar pela integridade física das crianças e sua segurança;

**VII** - colaborar para o desenvolvimento de um trabalho integrado e cooperativo com os demais profissionais do centro de educação infantil;

**VIII** - prestar atendimento ao público interno e externo, com habilidade no relacionamento pessoal e transmissão de informações;

**IX** - executar atividades correlatas atribuídas pela direção da unidade educacional.

**FONTE:**

[http://www.sinpeem.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=7522&friurl=-Decreto-no-54453-DOC-de-11102013-paginas-01-e-03-](http://www.sinpeem.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=7522&friurl=-Decreto-no-54453-DOC-de-11102013-paginas-01-e-03-)

## **DECRETO Nº - 54.454 (DOC DE 11/10/2013, PÁGINA 03)**

**DE 10 DE OUTUBRO DE 2013**

***Fixa diretrizes gerais para a elaboração dos regimentos educacionais das unidades integrantes da Rede Municipal de Ensino, bem como delega competência ao Secretário Municipal de Educação para o estabelecimento das normas gerais e complementares que especifica.***

FERNANDO HADDAD, prefeito do município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Lei nº - 14.660, de 26 de dezembro de 2007, na Deliberação CME nº - 03/97, na Indicação CME nº - 04/97 e no Parecer CME nº - 142/09,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - As unidades integrantes da Rede Municipal de Ensino deverão reelaborar os seus respectivos regimentos educacionais na conformidade do disposto na Lei Federal nº - 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, nas normas emanadas do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Municipal de Educação, bem como no Decreto nº - 54.453, de 10 de outubro de 2013, que fixa atribuições para os profissionais da educação que integram as equipes escolares das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino, no Decreto nº - 54.452, de 10 de outubro de 2013, que institui o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino – Mais Educação São Paulo e nas demais regras constantes da pertinente legislação municipal em vigor.

**Parágrafo único** - Entende-se por regimento educacional o conjunto de normas que define a organização e o funcionamento da unidade educacional e regulamenta as relações entre os diversos participantes do processo educativo, contribuindo para a execução do seu projeto político-pedagógico.

**Art. 2º** - Integram a Rede Municipal de Ensino as unidades educacionais de educação infantil, de ensino fundamental, de ensino médio e de educação profissional, criadas e mantidas pelo poder público municipal, a saber:

- I - Centros de Educação Infantil – CEIs;
- II - Centros Municipais de Educação Infantil – Cemeis;
- III - Centros de Educação e Cultura Indígena – Cecis;
- IV - Escolas Municipais de Educação Infantil – Emeis;
- V - Escolas Municipais de Ensino Fundamental – Emefs;
- VI - Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio – Emefms;
- VII - Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos – Emebss;
- VIII - Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos – Ciejas;
- IX - Centros Municipais de Capacitação e Treinamento – CMCTs.

**Art. 3º** - Submeterão os seus respectivos regimentos educacionais à aprovação:

I - da Secretaria Municipal de Educação, por meio das respectivas Diretorias Regionais de Educação: as unidades educacionais de educação infantil e de ensino fundamental, criadas e mantidas pelo poder público municipal;

II - do Conselho Municipal de Educação, por meio da Secretaria Municipal de Educação: as unidades educacionais que mantêm o ensino médio ou cursos de educação profissional técnica de nível médio, bem como as que possuem cursos ou propostas curriculares diferenciadas, que dependem de autorização de funcionamento específica.

**§ 1º** - As unidades educacionais da rede municipal de ensino deverão reelaborar seus regimentos educacionais até o dia 2 de dezembro de 2013 e enviá-los ao órgão competente, conforme previsto no “caput” deste artigo, para análise e aprovação, até 30 de dezembro de 2013, passando a vigorar a partir de 2014.

**§ 2º** - Quaisquer outras alterações ou adendos ao regimento educacional, pretendidos pela unidade educacional, serão submetidos à aprovação do órgão competente, conforme o caso, e vigorarão a partir do ano seguinte ao de sua aprovação, exceto no ano de sua implantação, hipótese em que poderá ser adequado para vigência no próprio ano.

**Art. 4º** - Deverão elaborar seus regimentos educacionais segundo normatizações próprias:

- I - os Centros de Educação e Cultura Indígenas – Cecis;
- II - os Centros Educacionais Unificados – CEUs.

**Parágrafo único** - Às unidades de educação infantil e de ensino fundamental que funcionam nos Centros Educacionais Unificados – CEUs aplicam-se as disposições deste decreto, observando-se, contudo, as peculiaridades que lhes sejam próprias.

**Art. 5º** - Fica delegada ao Secretário Municipal de Educação competência para estabelecer normas gerais e complementares voltadas ao integral cumprimento das disposições deste decreto, de observância obrigatória por todas as unidades integrantes da Rede Municipal de Ensino na elaboração de seus regimentos educacionais, inclusive no que concerne ao Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino – Mais Educação São Paulo.

**Art. 6º** - As diretrizes fixadas neste decreto aplicam-se, no que couber, aos Centros de Convivência Infantil (CCIs) e aos Centros Integrados de Proteção à Saúde (Cips), vinculados administrativamente às Secretarias, Autarquias e à Câmara Municipal e pedagogicamente à Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei nº - 13.326, de 13 de fevereiro de 2002, e do Decreto nº - 42.248, de 5 de agosto de 2002.

**Parágrafo único** - Os regimentos educacionais das unidades referidas no "caput" deste artigo serão objeto de análise e aprovação pelas Diretorias Regionais de Educação a que estiverem vinculadas.

**Art. 7º** - Os casos omissos ou excepcionais serão decididos pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 8º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**FONTE:**

[http://www.sinpeem.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=7523&friurl=-Decreto-no-54454-DOC-de-11102013-pagina-03-](http://www.sinpeem.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=7523&friurl=-Decreto-no-54454-DOC-de-11102013-pagina-03-)

SINPEEM

**PORTARIA Nº 5.929**  
**(DOC DE 15/10/2013, PÁGINA 13)**

**DE 14 DE OUTUBRO DE 2013**

***Dispõe sobre a integração do ensino fundamental com duração de 8 (oito) anos ao ensino fundamental com duração de 9 (nove) anos.***

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO:**

- o disposto no artigo 32 da Lei nº - 9.394/96, com redação alterada pela Lei 11.274/06;
- o estabelecido na Resolução CNE/CEB nº - 1, de 14/01/10, que define as diretrizes operacionais para a implantação do ensino fundamental de 9 (nove) anos;
- o definido na Resolução CNE/CEB nº - 7, de 14/12/10 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos;
- o contido na Deliberação CME nº - 03/06 e Indicação CME nº - 07/06;
- o disposto no Parecer CME nº - 345/13, que trata da unificação nas nomenclaturas na rede municipal de ensino;
- a necessidade de viabilizar os procedimentos e garantir a unicidade de ação para a organização do ensino fundamental.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - As unidades educacionais da rede municipal de ensino que mantêm a coexistência do ensino fundamental com duração de 8 (oito) anos com o ensino fundamental de 9 (nove) anos, nos termos da Portaria SME nº - 5.285, de 04/12/09, deverão, na reorganização das turmas para 2014, renomeá-las na conformidade do disposto na presente Portaria.

**Art. 2º** - No ano de 2014 o ensino fundamental com duração de 8 (oito) anos será integrado ao ensino fundamental com duração de 9(nove) anos, observada a correspondência de nomenclatura da tabela abaixo:

<b>ensino fundamental de 8 anos</b>	<b>ensino fundamental de 9 anos</b>
2º - ano - ciclo II	7º - ano
3º - ano - ciclo II	8º - ano
4º - ano - ciclo II	9º - ano

**Art. 3º** - Caberá a cada unidade educacional a organização das turmas/2014 nos moldes ora estabelecidos, bem ainda proceder às adequações na documentação escolar dos alunos.

**Art. 4º** - A Secretaria Municipal de Educação e as Diretorias Regionais de Educação, nos respectivos âmbitos de atuação, deverão acompanhar a readequação dos registros das turmas e orientar a implantação do ensino fundamental com 9 (nove) anos de duração para as turmas mencionadas no artigo 2º - desta Portaria, inclusive, verificando a efetiva adequação dos registros da documentação escolar dos alunos.

**Art. 5º** - Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pela Diretoria Regional de Educação, ouvida, se necessário, a SME.

**Art. 6º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**FONTE:**

[http://www.sinpeem.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=7529&friurl=-Portaria-no-5929-DOC-de-15102013-pagina-13-](http://www.sinpeem.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=7529&friurl=-Portaria-no-5929-DOC-de-15102013-pagina-13-)

SINPEEM

**PORTARIA Nº 5.941**  
**(DOC DE 16/10/2013, PÁGINAS 16 A 18)**

**DE 15 DE OUTUBRO DE 2013**

***Estabelece normas complementares ao Decreto nº 54.454, de 10/10/13, que dispõe sobre diretrizes para elaboração do Regimento Educacional das Unidades da rede municipal de ensino e dá outras providências.***

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO:

- a Lei Federal nº - 9.394, de 20/12/96;
- a Lei Municipal nº - 14.660, de 26/12/07;
- o constante na Deliberação CME 03/97 e na Indicação CME 04/97;
- o disposto no Parecer CME nº - 142/09;
- o estabelecido no Decreto nº - 54.452, de 10/10/13, que institui, na Secretaria Municipal de Educação, o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo – “Mais Educação São Paulo”;
- os dispositivos do Decreto nº - 54.453 de /13, que fixa as atribuições para os Profissionais da Educação que integram a equipe escolar das unidades educacionais da rede municipal de ensino a serem contempladas nos Regimentos Educacionais das Unidades da Rede Municipal de Ensino;

- o contido no Decreto nº - 54.454, de 10/10/13, que fixa diretrizes gerais para a elaboração dos Regimentos Educacionais e delega competências ao secretário municipal de Educação para estabelecer normas complementares;

- as diretrizes contidas na Portaria SME nº - 5.930, de 14/10/2013 e as orientações contidas no Documento de Referência do Programa “Mais Educação São Paulo” disponibilizado no site da SME em 10/10/2013.

## **RESOLVE:**

**Art. 1º** - As unidades educacionais integrantes da rede municipal de ensino de São Paulo reelaborarão os seus Regimentos, na conformidade do disposto na Lei Federal nº - 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, nas diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional de Educação e Conselho Municipal de Educação, na pertinente legislação municipal em vigor, em especial, nas definidas nos Decretos nº -s 54.452, de 10/10/13, 54.453, de 10/10/13 e 54.454, de 10/10/13, bem ainda, nas demais normas constantes do Anexo Único da presente Portaria.

**Art. 2º** - Integram a rede municipal de ensino de São Paulo unidades educacionais de educação infantil, de ensino fundamental, de ensino médio e de educação profissional, criadas e mantidas pelo poder público municipal, a saber:

**I** - Centros de Educação Infantil – CEIs;

**II** - Centros Municipais de Educação Infantil - Cemeis

**III** - Centros de Educação e Cultura Indígena – Cecis;

**IV** - Escolas Municipais de Educação Infantil – Emeis;

**V** - Escolas Municipais de Ensino Fundamental – Emefs;

**VI** - Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio – Emefms;

**VII** - Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos – Emebss;

**VIII** - Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos – Ciejas;

**IX** - Centros Municipais de Capacitação e Treinamento – CMCTs;

**Art. 3º** - Submeterão os regimentos à aprovação:

**I** - da Secretaria Municipal de Educação, por meio das respectivas Diretorias Regionais de Educação as unidades educacionais de educação infantil e de ensino fundamental, criadas e mantidas pelo poder público municipal.

**II** - do Conselho Municipal de Educação, por meio da Secretaria Municipal de Educação - os estabelecimentos de ensino que mantêm o ensino médio ou cursos de educação profissional técnica de nível médio, bem como as que possuem cursos ou propostas curriculares diferenciadas, que dependem de autorização de funcionamento específica.

**§ 1º** - Os novos regimentos educacionais a serem elaborados pelas unidades educacionais da rede municipal de ensino terão vigência a partir do ano letivo de 2014, após aprovação pelo órgão regional competente, nos termos do disposto no § 1º - do artigo 3º - do Decreto nº - 54.454, de 10/10/13.

**§ 2º** - Quaisquer alterações ou adendos ao regimento educacional, pretendidos pela unidade educacional, serão submetidos à aprovação do órgão competente, conforme o caso, e vigorarão a partir do ano letivo seguinte ao de sua aprovação, exceto no ano de sua implantação, que poderá ser adequado para vigência no próprio ano.

**Art. 4º** - Na reelaboração de seus regimentos, as unidades educacionais deverão observar a organização constante do Anexo Único, parte integrante desta Portaria, em especial, no que se refere às normas de convívio - Capítulo VII – Título III e demais normas estabelecidas.

**§ 1º** - – Reelaborarão seus regimentos educacionais segundo normatizações próprias:

- a) os Centros de Educação e Cultura Indígena – CECIs;
- b) os Centros Educacionais Unificados – CEUs.

**§ 2º** - As unidades educacionais de educação infantil e de ensino fundamental que funcionam nos Centros Educacionais Unificados – CEUs deverão observar os dispositivos constantes desta Portaria, acrescido das peculiaridades que lhe são próprias.

**Art. 5º** - Casos omissos serão resolvidos pelas Diretorias Regionais de Educação, ouvida, se necessário, a Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 6º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## **ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 5.941 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013**

### **ÍNDICE**

O Regimento Educacional das unidades educacionais da rede municipal de ensino é constituído dos seguintes títulos, capítulos, seções e subseções;

### **TÍTULO I - DA CARACTERIZAÇÃO, DA NATUREZA, DOS FINS E DOS OBJETIVOS**

Capítulo I - Da criação e identificação

Capítulo II - Da natureza e dos fins

Capítulo III – Da organização das etapas e modalidade e da duração do ensino

Capítulo IV - Dos objetivos

## **TÍTULO II - DA GESTÃO ESCOLAR**

Capítulo I - Da caracterização

Capítulo II - Da equipe escolar

Capítulo III - Do Conselho de Escola/CEI/Cieja e da sua natureza

Seção I – Da constituição e das atribuições

Seção II – Do funcionamento

Capítulo IV - Das instituições auxiliares

Seção I – Da Associação de Pais e Mestres - APM

Seção II – Da organização estudantil

## **TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO EDUCATIVO**

Capítulo I - Do currículo

Capítulo II- Do projeto pedagógico

Capítulo III – Da organização curricular

Seção I – Da educação infantil

Seção II – Do ensino fundamental

Seção III – Da educação de jovens e adultos

Seção IV – Do ensino médio

Capítulo IV - Do processo de avaliação

Seção I - Dos princípios

Seção II - Da avaliação institucional

Seção III - Da avaliação do de aprendizagem e desenvolvimento

Seção IV - Da produção de relatórios na educação infantil

Seção V - Da escala de avaliação no ensino fundamental, na educação de jovens e adultos e no ensino médio

Capítulo V - Das reuniões pedagógicas e dos Conselhos de Classe

Capítulo VI - Das ações de apoio ao processo educativo

Capítulo VII - Das normas de convívio

Seção I - Dos direitos dos educandos

Seção II - Dos deveres dos educandos e/ou de seus pais/responsáveis

Seção III - Das proibições aos educandos

Seção IV - Dos deveres da equipe escolar

Seção V - Da participação dos pais ou responsáveis

Seção VI - Das medidas disciplinares

Seção VII - Dos instrumentos de gestão

#### **TÍTULO IV - DO REGIME ESCOLAR**

Capítulo I - Do calendário de atividades

Capítulo II - Da matrícula

Capítulo III - Da classificação e reclassificação

Capítulo IV - Da recuperação das aprendizagens

Capítulo V - Da apuração da assiduidade

Capítulo VI - Da compensação de ausências

Capítulo VII - Da promoção

Capítulo VIII – Dos certificados

#### **TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS REGIMENTO EDUCACIONAL DAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

### **TÍTULO I DA CARACTERIZAÇÃO, DA NATUREZA, DOS FINS E DOS OBJETIVOS**

## **CAPÍTULO I DA CRIAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO**

**Art. 1º** - As unidades educacionais que compõem a rede municipal de ensino de São Paulo deverão estabelecer suas normas regimentais iniciando pela indicação de sua identificação, contendo os seguintes itens:

- I - denominação;
- II - tipo de atendimento;
- III - patrono ou equivalente atribuído à unidade educacional;
- IV - endereço da escola;
- V - ato de criação;
- VI - ato de autorização de funcionamento.

## **CAPÍTULO II DA NATUREZA E DOS FINS**

**Art. 2º** - A educação pública municipal é gratuita, laica, direito da população e dever do poder público e estará a serviço das necessidades e características de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, isenta de quaisquer formas de preconceitos e discriminações de sexo, raça, cor, situação socioeconômica, credo religioso e político, dentre outras.

**Art. 3º** - As unidades educacionais municipais têm por finalidade promover a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio às crianças, jovens e adultos fundamentada nos princípios voltados à construção do conhecimento, indispensável ao exercício ativo e crítico da cidadania, na vida social, cultural, política e profissional.

---

## **CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DAS ETAPAS E MODALIDADES E DA DURAÇÃO DO ENSINO**

**Art. 4º** - As unidades educacionais municipais, no âmbito de sua atuação, manterão diferentes etapas e modalidades de ensino, na seguinte conformidade:

- I - a educação infantil, primeira etapa da educação básica, será oferecida nos CEIs, nos Cemeis e nas Emeis e atenderá crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade, na conformidade com o disposto no artigo 34, constante do Anexo Único desta Portaria e

organizar-se-á em períodos anuais com, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas de efetivo trabalho escolar.

**II** - o ensino fundamental, segunda etapa da educação básica, terá duração de 9(nove) anos e organizar-se-á anualmente, com mínimo de 200 (duzentos) dias e 800 (oitocentas) horas de efetivo trabalho escolar, e é destinado às crianças e jovens a partir dos 6 (seis) anos de idade completos ou a completar na forma a ser estabelecida em Portaria específica, estruturado em 3 (três) ciclos de aprendizagem e desenvolvimento, na conformidade do disposto no artigo 35 deste Anexo.

**III** - o ensino médio, terceira etapa da educação básica, será ofertado nas Emefms, sendo organizado em 3 (três) séries anuais com duração mínima de 200 (duzentos) dias e 800 (oitocentas) horas de efetivo trabalho escolar cada uma, na conformidade do artigo 37 deste Anexo.

**IV** - as Emefms poderão manter classes de educação de jovens e adultos – EJA, preferencialmente no período noturno destinadas ao atendimento de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental em idade própria.

**IV.1** - a educação de jovens e adultos – EJA constitui-se modalidade de ensino com duração de 8(oito) semestres, e organizar-se-á semestralmente, com o mínimo de 100 (cem) dias e 400 (quatrocentas) horas de efetivo trabalho escolar, estruturado em 4 (quatro) Etapas na conformidade do disposto no artigo 36 deste Anexo.

**IV.2** - além da oferta da educação de jovens e adultos nas escolas Municipais de Ensino Fundamental – Emefms na forma descrita no inciso anterior, poderão ser organizados cursos oferecidos a forma modular nos termos do contido no Parecer CME nº - 234/12.

**IV.3** - a modalidade poderá, ainda, ser oferecida nos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos – Ciejas, com organização específica na conformidade do estabelecido em normatização própria.

**V** - a educação especial constitui-se modalidade de ensino destinada aos educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação sendo ofertada nas unidades educacionais da rede municipal de ensino, respeitado o princípio da inclusão, nas salas comuns, nas Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão - Saais, nas instituições de educação especial conveniadas com a SME, nas Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos – Emebss e nas unidades polo de educação bilíngue para educandos surdos ou ouvintes, com atendimento específico que assegure e respeite o desenvolvimento e o ritmo de aprendizagem desses educandos.

## **CAPÍTULO IV DOS OBJETIVOS**

**Art. 5º** - - A educação pública nas escolas da rede municipal de São Paulo tem por objetivo a formação da consciência social, crítica, solidária e democrática, na qual o educando vá gradativamente se percebendo como agente do processo de construção do conhecimento e de transformação das relações entre os homens em sociedade, por meio da ampliação e recriação de suas experiências, da sua articulação com o

saber organizado e da relação da teoria com a prática, respeitadas as especificidades das seguintes etapas ou modalidades de ensino:

**I - educação infantil** – assegurar às crianças de zero a 5(cinco) anos de idade o seu desenvolvimento integral em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade, o acesso a processos de construção de conhecimento e a aprendizagem de diferentes linguagens, bem ainda, o direito à proteção, saúde, liberdade, dignidade, brincadeira, convivência, integração com outras crianças e ao respeito.

**II - ensino fundamental regular** – assegurar aos educandos o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, priorizando a alfabetização nos três primeiros anos de escolaridade, visando à compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social.

**III – ensino fundamental da educação de jovens e adultos - EJA** – assegurar oportunidades educacionais apropriadas àqueles que se encontram na faixa etária superior à considerada própria para a conclusão do ensino fundamental, consideradas suas características, seus interesses, condições de vida e de trabalho, permitindo percursos individualizados e conteúdos significativos, valorizada a realização de atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras de enriquecimento do percurso formativo dos educandos e desenvolvida a agregação de competências para o mundo do trabalho.

**IV - ensino médio** – assegurar aos educandos a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, a preparação básica para a cidadania e o mundo do trabalho, tomado este como princípio educativo, para continuar aprendendo, além de possibilitar o seu desenvolvimento como pessoa humana e do pensamento crítico, sua autonomia intelectual, incluindo a formação ética e estética e a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos presentes na sociedade contemporânea.

---

## **TÍTULO II DA GESTÃO ESCOLAR**

### **CAPÍTULO I DA CARACTERIZAÇÃO**

**Art. 6º** - A gestão escolar deve ser entendida como um processo democrático de fortalecimento da autonomia das unidades educacionais que compreenderá as fases de planejamento, tomada de decisão, acompanhamento, execução e avaliação do trabalho educativo, observada a legislação em vigor e as diretrizes que compõem a política educacional da Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 7º** - A gestão escolar, respeitadas as especificidades de cada cargo, deverá privilegiar a participação de todos os segmentos da unidade, sendo o Conselho de Escola/CEI/Cieja a instância de elaboração, deliberação, acompanhamento e avaliação do planejamento e do funcionamento da unidade educacional.

## **CAPÍTULO II DA EQUIPE ESCOLAR**

**Art. 8º** - A equipe escolar das unidades educacionais da rede municipal de ensino será constituída na conformidade do disposto no Anexo Único do Decreto nº - 54.453, de 10/10/2013.

## **CAPÍTULO III DO CONSELHO DE ESCOLA/CEI/CIEJA E DA SUA NATUREZA**

**Art. 9º** - O Conselho de Escola/CEI/Cieja é um colegiado de natureza consultiva e deliberativa, constituído pelo diretor de escola, membro nato, representantes eleitos das categorias de servidores em exercício nas Unidades Educacionais, dos pais e dos educandos nos termos da legislação em vigor, as diretrizes e metas da política educacional e demais diretrizes contidas nesta Portaria.

**Parágrafo único** - A atuação e representação de qualquer dos integrantes do Conselho de Escola/CEI/Cieja visará ao interesse maior dos educandos, inspiradas nas finalidades e objetivos da educação pública da cidade de São Paulo.

**Art. 10** - A ação do Conselho de Escola/CEI/Cieja estará articulada com a ação dos profissionais da unidade educacional, preservada a especificidade de cada área de atuação.

**Art. 11** - A autonomia do Conselho de Escola/CEI/Cieja se exercerá nos limites da legislação em vigor, no compromisso com a democratização da gestão escolar e nas oportunidades de acesso e permanência na escola pública de todos que a ela têm direito.

## **SEÇÃO I DA CONSTITUIÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES**

**Art. 12** - A constituição e representatividade do Conselho de Escola/CEI/Cieja, parte integrante do Regimento Educacional, será estabelecida em função dos critérios conjugados entre a etapa e a modalidade de ensino, o número de classes/agrupamentos da unidade educacional e a proporcionalidade entre os membros dos diferentes segmentos da comunidade escolar, na forma definida em legislação específica.

**Art. 13** - Os membros dos diferentes segmentos elegerão seus representantes junto ao Conselho, titulares e suplentes.

**Art. 14** - Os membros eleitos, dentre os profissionais da educação, deverão obrigatoriamente encontrar-se em exercício na unidade educacional.

**Art. 15** - O mandato dos membros eleitos do Conselho será anual, observado o período de 30 (trinta) dias após o início do ano letivo, sendo permitida a reeleição.

**Art. 16** - As atribuições do Conselho de Escola/CEI/Cieja definem-se em função das condições reais das escolas da Rede Pública Municipal, da organização do próprio Conselho de Escola/CEI/Cieja e das competências dos profissionais em exercício na unidade educacional.

**Art. 17** - São atribuições do Conselho de Escola/CEI/Cieja:

**I** - discutir e adequar, no âmbito da unidade educacional, as diretrizes da política educacional estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação e complementá-las naquilo que as especificidades locais exigirem;

**II** - definir as diretrizes, prioridades e metas de ação da escola para cada período letivo, que deverão orientar a elaboração do projeto político-pedagógico;

**III** - elaborar e aprovar o projeto político-pedagógico e acompanhar a sua execução;

**IV** - participar da avaliação institucional da escola face às diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

**V** - decidir quanto à organização e o funcionamento da escola, o atendimento à demanda e demais aspectos pertinentes, de acordo com as orientações fixadas pela Secretaria Municipal de Educação, particularmente:

**a)** deliberar sobre o atendimento e acomodação da demanda, turnos de funcionamento, distribuição de séries e classes por turnos, utilização do espaço físico, considerando a demanda e a qualidade de ensino;

**b)** garantir a ocupação ou cessão do prédio escolar, inclusive para outras atividades além das de ensino, fixando critérios para o uso e preservação de suas instalações, a serem registrados no projeto político-pedagógico;

**VI** - indicar ao secretário municipal de Educação, após processo de escolha, mediante critérios estabelecidos em regulamento, os nomes dos profissionais de educação para, ocupar, transitoriamente ou em substituição, cargos da classe dos

gestores educacionais da carreira do magistério municipal, nos termos da Portaria específica;

**VII** - analisar, aprovar e acompanhar projetos pedagógicos propostos pela equipe escolar ou pela comunidade escolar, para serem desenvolvidos na escola;

**VIII** - arbitrar impasses de natureza administrativa e pedagógica, esgotadas as possibilidades de solução pela equipe escolar;

**IX** - propor alternativas para solução de problemas de natureza pedagógica e administrativa, tanto aqueles detectados pelo próprio Conselho, como os que forem a ele encaminhados;

**X** - discutir e arbitrar critérios e procedimentos de avaliação relativos ao processo educativo e a atuação dos diferentes segmentos da comunidade escolar;

**XI** - decidir procedimentos relativos à integração com as instituições auxiliares da escola, quando houver, e com outras Secretarias Municipais;

**XII** - traçar normas disciplinares para o funcionamento da escola, dentro dos parâmetros da legislação em vigor;

**XIII** - decidir sobre a aplicação de sanções nos termos previstos nesta Portaria.

**XIV** - decidir procedimentos relativos à priorização de aplicação de verbas;

**XV** - eleger profissionais para ocupação de outras funções docentes;

**XVI** - realizar referendo anual dos professores referidos no inciso anterior bem como o professor de Bandas e Fanfarras, de acordo com os critérios estabelecidos nas respectivas Portarias;

**XVII** - destituir, ou propor a destituição, conforme o caso, dos profissionais referidos nos incisos VI e XV deste artigo, com um quórum mínimo de metade dos seus membros e por maioria simples, nos termos da pertinente legislação.

---

## **SEÇÃO II**

### **DO FUNCIONAMENTO**

---

**Art. 18** - O Conselho de Escola/CEI/Cieja é um centro permanente de debate, de articulação entre os vários segmentos da escola, tendo em vista o atendimento das necessidades comuns e a solução dos conflitos que possam interferir no funcionamento da unidade educacional e nas ocorrências de caráter administrativo e/ou pedagógico.

**Art. 19** - A critério do próprio Conselho de Escola/CEI/Cieja, e a fim de imprimir maior celeridade ao seu funcionamento, poderão ser constituídos grupos ou comissões de trabalho, específicos.

**Art. 20** - As reuniões do Conselho de Escola/CEI/Cieja poderão ser ordinárias e extraordinárias, na forma a ser definida em regulamento.

**Art. 21** - Uma vez constituído, o Conselho de Escola/CEI/Cieja poderá definir normas regimentais complementares que assegurem o seu funcionamento, tais como:

- a) eleição do presidente e do vice-presidente;
- b) processo eletivo dos representantes, titulares e suplentes;
- c) elaboração do regimento interno;
- d) organização dos registros das reuniões;
- e) avaliação do funcionamento do Conselho de Escola/CEI/Cieja.

## **CAPÍTULO IV DAS INSTITUIÇÕES AUXILIARES**

**Art. 22** - A escola deverá proporcionar condições de organização e funcionamento de Instituições Auxiliares, a serem regidas por estatuto ou regulamentos próprios, definidos e aprovados por seus membros, de acordo com a legislação em vigor e diretrizes da SME.

**Art. 23** - As instituições auxiliares terão como objetivos prioritários o aprimoramento do processo de construção da autonomia pedagógica, administrativa e financeira da unidade educacional.

### **SEÇÃO I DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES – APM**

**Art. 24** - A Associação de Pais e Mestres, instituição auxiliar de caráter privado, supervisionada e fiscalizada por órgãos competentes, tem por finalidade:

**I** - promover a integração entre todos os segmentos da unidade em busca da melhoria da qualidade de ensino;

**II** - articular a participação de pais, professores e educandos nas ações de natureza educativa, cultural, comunitária, artística, assistencial, recreativa, desportiva, científica e outras;

**III** - estabelecer parcerias e gerir recursos advindos da própria comunidade, de órgãos governamentais de diferentes esferas e entidades civis, de acordo com projeto político-pedagógico e pertinente legislação em vigor.

## SEÇÃO II DA ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

**Art. 25** - Os educandos, do ensino fundamental ou médio terão assegurado o direito de organizar-se livremente em associações, entidades e agremiações estudantis, devendo a equipe gestora garantir o espaço e as condições para esta organização.

**Parágrafo único** - Caberá aos educandos a elaboração de regulamentos próprios, que importem em sua finalidade e organização, deliberados pelo Conselho de Escola.

## TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO EDUCATIVO

### CAPÍTULO I DO CURRÍCULO

**Art 26** - O currículo é o conjunto de experiências, atividades e interações vivenciadas na unidade educacional, com vistas a promover o acesso aos conhecimentos históricos, sociais e culturalmente construídos, bem como aos valores fundamentais para o exercício da cidadania.

**Art. 27** - As matrizes curriculares serão fixadas pela Secretaria Municipal de Educação segundo as normas estabelecidas pela legislação vigente.

**Parágrafo único** - Caberá à unidade educacional organizar seu currículo estabelecendo a articulação entre a especificidade de cada unidade e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, com vistas ao atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem dos educandos.

### CAPÍTULO II DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

**Art. 28** - O projeto político-pedagógico indica o conjunto de decisões definido pela comunidade educativa, consolidado em um plano orientador que expressa o compromisso com o alcance das metas de aprendizagem e desenvolvimento para cada agrupamento na Educação Infantil, ano do ciclo no ensino fundamental, série no ensino médio e etapas da educação de jovens e adultos.

**Art. 29** - A unidade educacional elaborará e/ou redimensionará seu projeto político-pedagógico anualmente, a partir da análise dos resultados de desenvolvimento e aprendizagem e desenvolvimento dos educandos e da avaliação das ações planejadas para o alcance das metas.

**Art. 30** - O projeto político-pedagógico deve conter:

**I** - estudo diagnóstico da comunidade e do espaço onde está inserida a unidade educacional:

- a) o perfil sociocultural das crianças, jovens e adultos matriculados na unidade educacional e das respectivas famílias e a sua correspondência com os Indicadores de desenvolvimento da região onde está inserida;
- b) o perfil sociocultural da equipe de profissionais da unidade educacional e a indicação de como potencializar os saberes da equipe para a melhoria das condições de atendimento à comunidade escolar;
- c) mapeamento dos equipamentos de saúde, esporte, lazer e cultura da região e a indicação da articulação das ações dos mesmos com a unidade educacional.

**II** - proposta curricular:

- a) síntese das análises do aproveitamento e desenvolvimento das aprendizagens dos educandos de acordo com as avaliações internas e externas;
- b) metas de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos a partir da relação estabelecida com as metas para o Sistema Municipal de Educação e Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb);
- c) prioridades e objetivos educacionais que atendam as necessidades de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos e as levantadas no estudo diagnóstico da comunidade;
- d) normas de convívio da unidade educacional;
- e) estabelecimento de articulações locais com os equipamentos sociais visando a garantia do direito de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos;
- f) estratégias de atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- g) plano de gestão e organização, indicando as ações que garantirão as condições para o atendimento de qualidade à comunidade escolar;
- h) plano de implementação da proposta curricular;
- i) projetos de ação para as atividades curriculares desenvolvidas no contraturno escolar.

**Art. 31** - Caberá à unidade educacional definir a sistemática de acompanhamento, registro e avaliação dos resultados obtidos no desenvolvimento do projeto político-pedagógico visando ao progressivo alcance das metas propostas, assegurando-se, necessariamente, a síntese bimestral expressa em notas/conceitos, conforme o caso, a serem registrados e divulgados aos educandos e seus responsáveis por meio de boletins impressos e/ou eletrônicos.

**Art. 32** - Ao Conselho de Escola/CEI/Cieja caberá participar da elaboração, aprovação, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico da unidade educacional mediante diretrizes definidas no Calendário de Atividades elaborado a partir de Portaria específica.

## **CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

**Art. 33** - A organização curricular na etapa da educação infantil far-se-á de acordo com a idade das crianças e, no ensino fundamental, em ciclos que possibilitarão a oferta de condições diferenciadas de tempo e experiências de aprendizagem aos educandos, sendo de responsabilidade das equipes gestora e docente o planejamento dessa organização, ouvido o Conselho de Escola, respeitadas as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.

### **SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Art. 34** - A organização curricular na Educação Infantil dar-se-á na seguinte conformidade:

- I** - Berçário I - atendimento às crianças de até 1 ano;
- II** - Berçário II – atendimento às crianças de 1 a 2 anos;
- III** - Minigrupo I - atendimento às crianças de 2 a 3 anos;
- IV** - Minigrupo II - atendimento às crianças de 3 a 4 anos;
- V** - Infantil I - atendimento às crianças de 4 a 5 anos;

**VI** - Infantil II - atendimento às crianças de 5 a 6 anos, observadas as datas estabelecidas para o acesso ao ensino fundamental.

§ 1º - - Na etapa da Educação Infantil as unidades educacionais deverão redimensionar a sua prática pedagógica assegurando o atendimento à criança com base na pedagogia da infância, que busque articular suas experiências e seus saberes com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico de modo a promover o seu desenvolvimento integral.

§ 2º - - Além da organização prevista no caput poderão ser estabelecidas outras formas de agrupamento conforme normatizações específicas da Secretaria Municipal de Educação.

## **SEÇÃO II DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Art 35** - O ensino fundamental, com duração de 9 (nove) anos, contará com a seguinte organização:

**I - ciclo de alfabetização** - composto pelos 1º -, 2º - e 3º - anos iniciais do ensino fundamental, com a finalidade de promover o sistema de escrita e de resolução de problemas matemáticos por meio de atividades lúdicas integradas ao trabalho de letramento e desenvolvimento das áreas de conhecimento, assegurando que, ao final do ciclo, todas as crianças estejam alfabetizadas.

**II - ciclo interdisciplinar** - composto pelos 4º -, 5º - e 6º - anos do ensino fundamental com a finalidade de aproximar os diferentes ciclos por meio da interdisciplinaridade e permitir uma passagem gradativa de uma para outra fase de desenvolvimento, bem como consolidar o processo de alfabetização/letramento e de resolução de problemas matemáticos com autonomia para a leitura e a escrita, interagindo com diferentes gêneros textuais e literários e comunicando-se com fluência e com raciocínio lógico.

**III - ciclo autoral** - composto pelos 7º -, 8º - e 9º - anos do ensino fundamental, com a finalidade de promover a construção de projetos curriculares comprometidos com a intervenção social e concretizado por meio de Trabalho Colaborativo de Autoria – TCA, com ênfase ao desenvolvimento da construção do conhecimento, considerando o domínio das diferentes linguagens, a busca da resolução de problemas, a análise crítica e a estimulação dos educandos à autoria.

§ 1º - A educação de educandos surdos em unidades educacionais da rede municipal de ensino deve reconhecer o direito dos surdos a uma educação bilíngue que respeite sua identidade e cultura, na qual a LIBRAS é a primeira Língua e, portanto, língua de instrução e, a Língua Portuguesa, é a segunda, sendo objeto de ensino da escola, na modalidade escrita.

§ 2º - Compilará o currículo do ciclo autoral a elaboração de Trabalho Colaborativo de Autoria - TCA, de caráter interdisciplinar e de intervenção social, na forma a ser orientada por cada unidade educacional.

## **SEÇÃO III DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**Art. 36** - A educação de jovens e adultos na forma regular será organizada em etapas na periodicidade semestral, conforme segue:

**I - etapa de alfabetização** – duração de dois semestres – objetiva a alfabetização e o letramento como forma de expressão, interpretação e participação social, no exercício da cidadania plena, ampliando a leitura de mundo do jovem e do adulto e favorecendo sua formação integral, por meio da aquisição de conhecimentos, valores e habilidades para as múltiplas linguagens, a leitura, escrita e a oralidade, possibilitando que se articulem entre si e com todos os componentes curriculares, bem como, auxiliem na solução de problemas matemáticos.

**II - etapa básica** – duração de dois semestres – as aprendizagens relacionadas à Língua Portuguesa, à música, à expressão corporal e demais linguagens, assim como o aprendizado da Matemática, das Ciências, da História e da Geografia devem ser desenvolvidos de forma articulada, tendo em vista a complexidade e a necessária continuidade do processo de alfabetização.

**III – etapa complementar** – duração de dois semestres – representa o momento da ação educativa para jovens e adultos com ênfase na ampliação das habilidades, conhecimentos e valores que permitam um processo mais efetivo de participação na vida social.

**IV - etapa final** – duração de dois semestres – objetiva enfatizar a capacidade dos jovens e dos adultos em intervir em seu processo de aprendizagem e em sua própria realidade, visando à melhoria da qualidade de vida e ampliação de sua participação na sociedade.

**§ 1º** - A EJA poderá, ainda, organizar-se na forma Modular com periodicidade anual, segundo organização própria.

**§ 2º** - Os Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos – Ciejas, deverão organizar-se segundo normatizações específicas.

## SEÇÃO IV DO ENSINO MÉDIO

**Art. 37** - O ensino médio, etapa final da educação básica, será organizado em séries anuais, e terá duração de 3 (três) anos, e terá como finalidade a consolidação da formação básica do cidadão, capacitando-o ao exercício da cidadania e ao desenvolvimento de habilidades básicas para o mundo do trabalho.

## CAPÍTULO IV DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

### SEÇÃO I DOS PRINCÍPIOS

**Art. 38** - A avaliação tem como princípio o aperfeiçoamento da ação educativa e da gestão escolar, com vistas ao atendimento das condições necessárias para a aprendizagem e desenvolvimento dos educandos.

**Parágrafo único** - A avaliação abrangerá as dimensões institucional, externa e interna e, na unidade educacional, assumirá um caráter formativo e comporá o processo de aprendizagem e desenvolvimento como fator integrador entre as famílias e o processo educacional.

**Art. 39** - A avaliação, como parte do processo de ensino e aprendizagem, contribuirá para tornar o educando e seus responsáveis conscientes de seus avanços e de suas necessidades, tendo como finalidade principal a tomada de decisão do professor, para redimensionar as ações na direção do alcance dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, observadas as devidas especificidades.

## SEÇÃO II DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

**Art. 40** - Anualmente, a comunidade educacional avaliará e sistematizará os impactos das ações pedagógicas e administrativas planejadas para o ano letivo e a sua relação com o alcance das metas para melhoria da qualidade de ensino e de aprendizagem.

**Art. 41** - Os resultados obtidos na avaliação institucional orientarão o replanejamento das ações e os ajustes do projeto político-pedagógico e indicarão as necessidades e demandas para as diferentes instâncias de gestão da Secretaria Municipal de Educação.

---

## SEÇÃO III DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

---

**Art. 42** - A avaliação, parte integrante do processo de aprendizagem e desenvolvimento deverá constituir-se em instrumento de orientação para a equipe docente, discente e para os pais/responsáveis na percepção dos avanços dos educandos.

**§ 1º** - A avaliação na educação infantil deverá assumir papel relevante efetivando-se por meio da observação e da documentação pedagógica, com o objetivo de compor o registro histórico do processo cotidiano vivido pelas crianças, sem classificá-las.

**§ 2º** - Para adequar-se ao disposto na Lei federal nº - 12.796, de 04/04/13, no que concerne a avaliação do desenvolvimento dos educandos, as unidades de educação Infantil deverão observar ao contido na Orientação Normativa específica a ser publicada pela Secretaria Municipal de Educação.

**§ 3º** - No ensino fundamental e no ensino médio, a avaliação, como parte do processo de aprendizagem e desenvolvimento, terá caráter formativo e contribuirá para tornar o educando e seus responsáveis conscientes de seus avanços e de suas necessidades, além de favorecer a tomada de decisão do professor, visando ao redimensionamento das ações com vistas ao alcance dos direitos e objetivos de aprendizagem.

**§ 4º** - Os indicadores apresentados pelas avaliações externas poderão ser considerados na reorientação do processo de aprendizagem e desenvolvimento.

**Art. 43** - São objetivos da avaliação:

**I** - diagnosticar as situações de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos para estabelecer os objetivos que nortearão o planejamento da ação pedagógica;

**II** - verificar os avanços, dificuldades e necessidades dos educandos no processo de apropriação, construção e recriação do conhecimento, para o alcance dos objetivos de aprendizagem;

**III** - fornecer aos professores e à equipe gestora elementos para reflexão sobre a gestão da aula, visando ao seu redimensionamento, considerando:

a) os critérios para seleção e organização dos conteúdos;

b) as estratégias para o desenvolvimento da ação educativa;

c) a relação estabelecida entre educandos e professores, para a criação de vínculos que favoreçam a aprendizagem;

d) a organização do espaço, a gestão do tempo e formação dos agrupamentos para a realização das atividades;

e) a potencialização do uso dos recursos didáticos da unidade educacional;

f) a elaboração e utilização de instrumentos de avaliação que permitam acompanhar o desenvolvimento de aprendizagens dos educandos, considerando suas especificidades;

**IV** - facilitar ao educandos, aos pais ou responsáveis a participação e o envolvimento no processo de aprendizagem e desenvolvimento;

**V** - orientar a tomada de decisão quanto à promoção dos educandos, quando for o caso.

**Parágrafo único** - Para os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação a avaliação será contínua e gradativa, considerando os diversos tempos e estilos de aprendizagem, sendo garantida a estes educandos a acessibilidade ao currículo e efetiva participação no processo avaliativo.

**Art. 44** - O educando será avaliado no decorrer do ano letivo e os resultados do aproveitamento e a apuração da assiduidade serão sintetizados na periodicidade bimestral, observadas as etapas de ensino:

**I** - no ensino fundamental e ensino médio o educando será avaliado individual e coletivamente e os resultados do processo educativo serão expressos por meio de

conceitos no ciclo de alfabetização e notas nos ciclos intermediário e autoral que expressem o aproveitamento escolar, com variação de zero a 10 (dez), fracionado em números inteiros e meios, comentadas, analisadas e com anotações que incentivem a continuidade dos estudos e/ou apontem a necessidade de novas estratégias de ensino e aprendizagem, bem como de apoio pedagógico complementar.

**Parágrafo único** - A atribuição de conceitos no ciclo de alfabetização do ensino fundamental deverá ser expressa na seguinte conformidade:

**I - P:** o educando evidencia, de modo plenamente satisfatório, os avanços necessários à continuidade do processo de ensino e de aprendizagem;

**II - S:** o educando evidencia, de modo satisfatório, os avanços necessários à continuidade do processo de ensino e de aprendizagem;

**III - NS:** o educando evidencia, de modo não satisfatório, os avanços necessários à continuidade do processo de ensino e de aprendizagem.

**Art. 45** - Os conceitos/notas serão atribuídas aos educandos, na periodicidade bimestral, mediante análise do processo educacional, considerado o alcance progressivo dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento propostos para cada bimestre.

#### **SEÇÃO IV DA PRODUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Art. 46** - Os instrumentos utilizados na avaliação da educação infantil assumem diferentes formas de registro: relatórios descritivos, portfólios individuais e do grupo, fotos, filmagens, as próprias produções das crianças (desenhos, esculturas, maquetes, dentre outras).

#### **SEÇÃO V DA ESCALA DE AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO**

**Art. 47** - Para o ensino fundamental – ciclos interdisciplinar e autoral e no ensino médio, os resultados da aprendizagem serão expressos em notas de zero a 10 na forma estabelecida nos artigos 44 e 45 deste Anexo.

**§ 1º** - Caberá à equipe docente, em conjunto com a equipe gestora, estabelecer critérios para a atribuição das notas de aproveitamento escolar, consideradas as diretrizes curriculares estabelecidas pela unidade educacional, em conformidade com os direitos e objetivos de aprendizagem para cada ciclo/ano/série/etapas, conforme o caso.

**§ 2º** - Os critérios referidos no caput deste artigo deverão ser de conhecimento prévio dos educandos e dos pais/responsáveis.

§ 3º - Além dos indicadores internos, os resultados obtidos nas avaliações externas poderão ser considerados na análise do aproveitamento do educando e na proposição das intervenções pedagógicas no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

§ 4º - Os resultados das avaliações deverão ser sistematicamente analisados com os educandos.

**Art. 48** - No ciclo de alfabetização do ensino fundamental e nas etapas de alfabetização e básica da EJA, a avaliação deverá contemplar a análise progressiva da conquista do sistema alfabético pelo educando, bem como aquelas referentes ao conhecimento matemático e alcance dos direitos e objetivos de aprendizagem propostos para cada bimestre/semestre/ano.

**Art. 49** - Para os anos dos ciclos interdisciplinar e autoral do ensino fundamental regular, para as Etapas Complementar e Final da EJA e nas séries do Ensino Médio a avaliação deverá contemplar os avanços processuais de cada educando, suas contribuições para aprendizagem do grupo, adotadas como referência aos direitos e objetivos de aprendizagem propostos para cada bimestre/semestre/ano.

## **CAPÍTULO V DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS E DOS CONSELHOS DE CLASSE**

**Art. 50** - As reuniões pedagógicas, sob coordenação da equipe gestora, e envolvendo a comunidade educacional, são momentos destinados à análise do processo educativo, visando ao aperfeiçoamento do projeto político-pedagógico e da ação didática e pedagógica da unidade educacional.

**Art. 51** - As reuniões pedagógicas serão planejadas e coordenadas pela equipe gestora e planejadas de acordo com as diretrizes contidas no calendário de atividades estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

**Parágrafo único** – As reuniões pedagógicas terão as seguintes finalidades:

I - planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho didático e pedagógico da unidade educacional;

II - formação continuada dos professores e demais profissionais da unidade educacional;

III - articulação dos diferentes programas/projetos na garantia da educação integral ou ampliação de tempos e oportunidades educativas.

**Art. 52** - As reuniões de Conselho de Classe são momentos de tomada de decisão coletiva quanto ao processo contínuo de avaliação, recuperação, compensação de ausências e promoção dos educandos, quando for o caso, de acordo com o projeto político-pedagógico e os princípios estabelecidos nas diretrizes do Regimento Educacional.

**Parágrafo único** - As reuniões de que trata este artigo serão devidas exclusivamente nas unidades que mantêm o ensino fundamental e o médio.

**Art. 53** - O Conselho de Classe será composto pelas equipes gestora e docente da unidade educacional podendo ser ampliado de acordo com o projeto político-pedagógico e reunir-se-á bimestralmente, observadas as diretrizes estabelecidas em Portaria específica.

## **CAPÍTULO VI DAS AÇÕES DE APOIO À EDUCAÇÃO INTEGRAL**

**Art. 54** - A fim de assegurar as condições necessárias ao adequado desenvolvimento das crianças, jovens e adultos, a unidade educacional deverá desenvolver ações de apoio ao processo educativo, realizadas por meio de:

- a) iniciativas próprias articuladas com o projeto político-pedagógico da unidade educacional;
- b) programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e/ou com outras Secretarias ou órgãos públicos, definidos de acordo com as necessidades da realidade local;
- c) programas e projetos realizados em parceria com instituições não governamentais.

**Art. 55** - Todas as ações de apoio ao processo educativo deverão ser acompanhadas e avaliadas sistematicamente pelos profissionais diretamente envolvidos da unidade educacional.

**Parágrafo único** - Compete à unidade educacional estabelecer critérios, observadas as normas legais vigentes, que contribuam para a constante melhoria das ações de apoio ao processo educativo e ampliação da jornada dos educandos por meio de sua participação em atividades organizadas pela unidade, oferecidas pelos órgãos públicos e/ou instituições da sociedade civil.

**Art. 56** - Caberá à unidade educacional viabilizar a implantação e implementação de Programas e Metas Educacionais estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

## **CAPÍTULO VII DAS NORMAS CONVÍVIO**

**Art. 57** - As normas de convívio, discutidas e elaboradas pelo conjunto da comunidade escolar e aprovadas pelo Conselho de Escola/CEI/Cieja e pelo órgão regional competente fundamentam-se nos direitos e deveres que devem ser observados por todos e apoiados em princípios legais, de solidariedade, ética, diversidade cultural, autonomia e gestão democrática.

**§ 1º** - Os direitos e deveres individuais e coletivos são aqueles previstos na Constituição da República, bem como os especificados no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Regimento Educacional e nas demais legislações e normas complementares atinentes.

**§ 2º** - As normas de convívio na unidade educacional terão como finalidade aprimorar o ensino, o bom funcionamento dos trabalhos escolares e o respeito mútuo entre os membros da comunidade escolar para obtenção dos objetivos previstos no Regimento Educacional, visando, ainda, assegurar:

- a) a proteção integral da criança e do adolescente;
- b) a formação ética e moral do educando, desenvolvendo habilidades sociais, a fim de torná-los cidadãos autônomos e participativos nos diversos aspectos da vida social;
- c) orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da unidade assegurando a interação cidadã entre todos os integrantes da comunidade educacional.

## **SEÇÃO I DOS DIREITOS DOS EDUCANDOS**

**Art. 58** - São direitos dos educandos:

**I** - ser tratado com respeito, atenção e urbanidade pelas equipes gestora, docente e de apoio à educação e demais educandos;

**II** - ter a sua individualidade respeitada pela comunidade escolar, sem discriminação de qualquer natureza.

**III** - ter acesso ao conhecimento, às atividades educativas, esportivas, sociais e culturais oferecidas pela unidade educacional;

**IV** - receber orientação e assistência para realização das atividades educacionais, sendo-lhes garantidas as formas de acesso e utilização coletiva dos diferentes ambientes que compõem a unidade educacional;

**V** - frequentar, além das aulas regulares, as sessões destinadas a atividades complementares, às aulas de recuperação paralela e de compensação de ausências, no decorrer do ano letivo, sendo notificado, com a devida antecedência, nos termos da legislação em vigor;

**VI** - participar da composição do Conselho de Escola/Cieja, da elaboração, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico e da definição de normas de convívio, nos termos da legislação vigente;

**VII** - receber informações sobre seu progresso educativo, inclusive através de boletins bimestrais, bem como participar de avaliações periódicas, por meio de instrumentos oficiais de avaliação de rendimento, sendo notificado sobre a possibilidade de recorrer em caso de reprovação;

**VIII** - ter garantida a confidencialidade das informações de caráter pessoal ou acadêmicas registradas e armazenadas no sistema educacional, salvo em casos de atendimento a requerimento de órgãos oficiais competentes;

**IX** - receber atendimento educacional especializado quando apresentar deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

**X** - receber atendimento e acompanhamento educacional se, por motivo de doença necessitar ausentar-se por um período prolongado;

**XI** - manifestar-se e recorrer à autoridade responsável quando se sentir prejudicado;

**XII** - ausentar-se da unidade educacional, em caso de necessidade, desde que autorizado pelo diretor de escola ou, na ausência deste, por outro membro da equipe gestora;

**XIII** - ter conhecimento do Regimento Educacional no início do ano letivo.

## **SEÇÃO II DOS DEVERES DOS EDUCANDOS E OU DE SEUS PAIS/RESPONSÁVEIS**

**Art. 59** - São deveres dos educandos, respeitadas as especificidades de cada faixa etária/etapa/modalidade de ensino e/ou de seus pais/responsáveis:

**I** - zelar pelo bom nome da unidade educacional, com conduta adequada e com o cumprimento dos deveres educacionais;

**II** - comparecer pontual e assiduamente às atividades que lhe forem afetas, empenhando-se no sucesso de sua execução e dos fins a que se destinam;

**III** - justificar suas ausências;

**IV** - colaborar com a organização da unidade educacional, durante as aulas ou em qualquer outra atividade;

**V** - cooperar e zelar para a boa conservação de instalações, mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos, colaborando, também, para a conservação das boas condições de asseio das salas de aula e demais dependências;

**VI** - portar material escolar condizente com as atividades curriculares, conservando-o em ordem;

**VII** - responsabilizar-se por seu processo de aprendizagem, executando todas as tarefas que lhe forem atribuídas, inclusive as lições de casa;

**VIII** - tratar com respeito os seus colegas e toda a comunidade educacional, dispensando atitudes de solidariedade, predisposição ao diálogo, repúdio às injustiças e acolhimento à diversidade, exigindo para si o mesmo tratamento;

**IX** - participar ativamente da elaboração e do cumprimento das normas de convívio da unidade educacional, aprovadas pelo Conselho de Escola/Cieja;

**X** - respeitar a autoridade dos Gestores, dos Professores e demais Funcionários da unidade educacional;

**XI** - apresentar-se, preferencialmente uniformizado, evitando vestuário não condizente com o ambiente escolar;

**XII** - manter os pais ou responsáveis legais informados sobre os assuntos escolares, e assegurar que recebam as comunicações a eles encaminhadas pelos gestores e professores, devolvendo-as à direção em tempo hábil e com a devida ciência, sempre que for o caso;

**XIII** - observar as normas estabelecidas sobre entrada e saída das classes e demais dependências da unidade educacional.

**Parágrafo único** - É dever dos educandos, pais e/ou responsáveis conhecer, fazer conhecer e cumprir as normas de convívio estabelecidas no Regimento Educacional.

### **SEÇÃO III DAS PROIBIÇÕES AOS EDUCANDOS**

**Art. 60** - A necessidade de assegurar a qualidade de ensino, direitos e objetivos de aprendizagem e segurança a todos os envolvidos na ação educativa, em especial, aos educandos, pressupõe a comunidade educacional elencar nestas normas de convívio o conjunto de atitudes e comportamentos não permitidos no âmbito da unidade educacional.

### **SEÇÃO IV DOS DEVERES DA EQUIPE ESCOLAR**

**Art. 61** - Compete aos profissionais da unidade educacional, no âmbito de sua atuação:

**I** - criar condições, oportunidades e meios para garantir aos educandos, respeitadas suas especificidades e singularidades, o direito inalienável de serem educados e cuidados de forma indissociada;

**II** - promover o desenvolvimento integral do educando, garantido no Projeto Político-Pedagógico, em que se estabeleçam condições de aprendizagem e desenvolvimento relacionadas:

- a) à convivência, brincadeira e desenvolvimento de projetos em grupo;
- b) a cuidar de si, de outros e do ambiente;
- c) a expressar-se, comunicar-se, criar e reconhecer novas linguagens;

d) à compreensão de suas emoções, sentimentos e organização de seus pensamentos, ligados à construção do conhecimento e de relacionamentos interpessoais;

**III** - analisar e definir, em conjunto com o Conselho de Escola/CEI/Cieja, situações que priorizem iniciativas e busca de soluções para problemas e conflitos que se constatarem no âmbito educacional, de forma a:

a) assegurar rotinas de trabalho, ambientes de aprendizagens e uso de recursos materiais que levem em consideração os ritmos de aprendizagem dos educandos, vivências significativas próximas das práticas sociais nos diferentes campos de experiência e áreas de conhecimento;

b) favorecer o desenvolvimento de interações entre os membros da unidade educacional, que reflitam valores de respeito, responsabilidade, cooperação, dentre outros;

c) não criar impedimentos ao acesso e permanência dos educandos na unidade educacional, observadas as normatizações pertinentes;

d) desenvolver medidas que disciplinem a utilização de aparelhos celulares e outros recursos tecnológicos pessoais nas dependências da unidade educacional, observada a legislação vigente e o Regimento Educacional;

e) estabelecer critérios educativos quando o educando produzir danos materiais nas dependências da unidade ou em objetos de propriedade de terceiros da comunidade educacional interna, se maior de idade, ou por meio de seu responsável, se criança ou adolescente;

**IV** - criar condições de proteção em que a crueldade, a agressão, o preconceito e a discriminação de qualquer natureza sejam repudiadas;

**V** - promover a construção de atitudes de respeito e solidariedade, por meio do fortalecimento de práticas que promovam o respeito pelos direitos, educação pela paz, liberdade, respeito à vida e diversidade humana, formação de vínculos entre as pessoas e entre elas e os outros;

**VI** - zelar pela integridade física, psíquica e moral do educando, abrangendo a preservação da sua imagem, identidade, autonomia, valores, ideias e crenças, espaços e objetos pessoais;

**VII** - acolher as crianças, jovens e adultos fragilizados por situações de vulnerabilidade, de modo que se sintam afetivamente confortáveis e seguros, de forma a superar suas dificuldades.

**Art. 62** - Caberá à equipe gestora:

**I** – gerir com eficiência, eficácia e economicidade os recursos físicos, humanos e materiais disponíveis para a unidade tendo em vista os objetivos e metas estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e os previstos no projeto político-pedagógico;

**II** - garantir ambiente organizado e socialmente saudável, que propicie condições de desenvolvimento indispensáveis aos educandos, de forma a serem trabalhadas suas aptidões e expressão de interesses, visando sua participação ativa, pacífica e produtiva nos diversos aspectos da vida social;

**III** - criar condições ambientais e situações que favoreçam a recepção e o acolhimento da comunidade escolar agregando-a a construção e execução do projeto político-pedagógico da unidade educacional.

**IV** - participar dos processos de avaliação institucional externa, realizados pela Secretaria Municipal de Educação observadas as diretrizes por ela definidas;

**V** - considerar os resultados das diferentes avaliações institucionais no seu processo de planejamento, de modo a nortear seu replanejamento.

**Art. 63** - Observadas as diretrizes definidas no Capítulo VII do Título III deste Anexo, a unidade educacional poderá, ainda, estabelecer regras adicionais, que integrarão as normas de convívio já estabelecidas.

## **SEÇÃO V DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS**

**Art. 64** - Os pais ou responsáveis participarão do processo de elaboração e realização do Projeto Político-Pedagógico, mediante:

**I** - acompanhamento do processo educativo;

**II** - garantia da frequência das crianças e jovens nas atividades curriculares;

**III** - acesso a informações sobre a vida escolar de seus filhos;

**IV** - ciência e acompanhamento do processo de ensino/aprendizagem;

**V** - definição da proposta político-pedagógica;

**VI** - atuação nas instâncias representativas;

**VII** - atendimento às convocações;

**VIII** - respeito às equipes gestora, docente e de apoio à educação, cumprindo suas determinações;

**IX** - ciência dos termos do Regimento e do projeto político-pedagógico.

## **SEÇÃO VI DAS MEDIDAS DISCIPLINARES APLICÁVEIS AOS EDUCANDOS**

**Art. 65** - A necessidade de assegurar a qualidade de ensino, direitos e objetivos de aprendizagem e segurança a todos os envolvidos na ação educativa, em especial aos educandos, pressupõe a comunidade educacional elencar nestas normas disciplinares o conjunto de medidas aplicáveis de acordo com o estabelecido no Regimento.

**Art. 66** - O descumprimento das normas de convívio pelo educando deverá ser analisado, caso a caso, de forma associada a um tratamento educativo, considerando a gravidade da falta, faixa etária e histórico disciplinar do educando, dentre outros, podendo estabelecer, no limite máximo, as seguintes sanções:

I - repreensão;

II - advertência escrita;

III - suspensão.

**§ 1º** - - As sanções previstas neste artigo não se aplicarão às crianças matriculadas nos CEIs/Cemeis e Emeis da rede municipal de ensino, bem como, as previstas no inciso III deste artigo, não se aplicarão aos estudantes do ciclo de alfabetização do ensino fundamental.

**§ 2º** - - Para os educandos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, sanções só poderão ser aplicadas se puderem ser compreendidas pelo educando.

**§ 3º** - - As sanções previstas no caput deste artigo serão aplicadas pelo diretor de escola, a quem caberá adotar a medida condizente para a resolução da situação, resguardado o direito a defesa.

**§ 4º** - - Nos procedimentos destinados a aplicação de penalidade, os pais ou responsáveis tomarão ciência dos fatos por meio de comunicação expressa a ser emitida pela direção da unidade educacional.

**Art. 67** - A suspensão será aplicada, no limite máximo de 3 (três) dias.

**Parágrafo único** - No cumprimento da sanção de suspensão será apontada falta/dia ao educando, resguardado o direito às avaliações ministradas no período, realizando-as ao retornar.

**Art. 68** - Na aplicação da pena disciplinar, o diretor da unidade educacional deverá dar ciência expressa ao educando ou a seu responsável, se com idade inferior a 18 anos.

## **SEÇÃO VII DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO**

**Art. 69** - Para garantia de atendimento às finalidades das normas de convívio caberá, ainda, à equipe gestora da unidade educacional promover ações que visem:

I - o envolvimento de pais ou responsáveis no cotidiano educacional, por meio de reuniões de orientação, dentre outros;

II - o encaminhamento, conforme o caso, aos serviços de:

a) orientação específicos, em situações de abuso de drogas, álcool ou similares e/ou em casos de intimidações baseadas em preconceitos ou assédio;

b) saúde adequados, quando o educando apresentar distúrbios que estejam interferindo no processo de aprendizagem ou no ambiente educacional;

c) assistência social existentes, quando do conhecimento de situação do educando que demande atendimento;

III - o encaminhamento ao Conselho Tutelar em caso de abandono intelectual, moral ou material por parte de pais ou responsáveis;

IV - a comunicação às autoridades competentes dos órgãos da Secretaria de Segurança Pública, do Poder Judiciário e do Ministério Público, quando o ato indisciplinar configurar também ato infracional.

§ 1º - - Na hipótese de configurar ato infracional cometido por adolescente entre 12 e 18 anos o fato deverá ser comunicado à autoridade policial e, se cometido por criança até 12 anos incompletos, deverá ser comunicado ao Conselho Tutelar.

§ 2º - - O diretor da unidade educacional poderá, ainda, propor ao Conselho de Escola, a transferência de educandos para outra unidade educacional, como medida de proteção à integridade do próprio educando ou na preservação de direitos de outros educandos, ouvido o Conselho de Escola e a família.

§ 3º - - Uma vez aprovada pelo Conselho de Escola, a transferência de que trata o parágrafo anterior, será encaminhada à respectiva Diretoria Regional de Educação para análise, deliberação e providências de acomodação do educando em outra unidade, além de possíveis encaminhamentos aos órgãos dedicados à proteção da criança e do adolescente.

**Art. 70** - A comunicação de ato infracional, referida no inciso IV deste artigo, às autoridades competentes não exclui a possibilidade de aplicação das sanções disciplinares cabíveis para cada caso.

## **TITULO IV DO REGIME ESCOLAR**

### **CAPÍTULO I DO CALENDÁRIO DE ATIVIDADES**

**Art. 71** - A unidade educacional elaborará anualmente o seu calendário de atividades, integrando-o ao projeto político-pedagógico, a partir das diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 72** - A unidade educacional encerrará o ano letivo somente após ter cumprido em todas suas classes os mínimos de:

**I** - 200 (duzentos) dias e 800 (oitocentas) horas de efetivo trabalho escolar, para cada classe do ensino fundamental regular ou EJA no que couber e do ensino médio, e cada agrupamento da educação infantil, independentemente de sua distribuição nos dois semestres letivos;

**II** - 100 (cem) dias de efetivo trabalho escolar e carga horária de 400 (quatrocentas) horas de cada semestre das etapas da educação de jovens e adultos.

**Parágrafo único** - Na hipótese de ocorrência de déficit, quer em relação ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar previstos neste artigo, quer em relação à carga horária estabelecida para cada componente curricular/disciplina, a escola deverá efetuar a reposição de aulas e/ou dias de efetivo trabalho escolar.

**Art. 73** - Serão considerados como dias de efetivo trabalho escolar, aqueles que envolvem atividades previstas no projeto político-pedagógico da unidade educacional, de participação obrigatória para o educando e orientada por profissional habilitado.

**Art. 74** - As aulas somente poderão ser suspensas em decorrência de situações que justifiquem tal medida, nos termos da legislação vigente, ficando a reposição para devido cumprimento dos mínimos legais fixados.

**Art. 75** - As unidades educacionais definirão no seu calendário de atividades, reunião com pais ou responsáveis, bimestralmente, para o acompanhamento do processo educativo.

**Parágrafo único** - Nas reuniões de acompanhamento referidas no “caput”, os professores deverão apresentar dados de avaliação e frequência dos educandos, de acordo com os registros do trabalho desenvolvido.

---

## **CAPÍTULO II DA MATRÍCULA**

**Art. 76** - A matrícula para todas as etapas/modalidades de ensino será efetuada conforme normas fixadas pela secretaria municipal de educação.

**§ 1º** - A matrícula será realizada de forma ininterrupta em todas as etapas/modalidades de ensino, inclusive na EJA, respeitada a compatibilização de vagas realizada no sistema informatizado.

**§ 2º** - A equipe escolar e o Conselho de Escola darão ampla divulgação do edital de matrícula, fixando-o nas dependências da escola e em locais acessíveis à população.

**§ 3º** - Efetivada a matrícula de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a unidade educacional deverá informar, imediatamente, às respectivas Diretorias Regionais de Educação para o acompanhamento pelos Centros de Apoio e Acompanhamento à Inclusão - Cefais e possíveis encaminhamentos.

**Art. 77** - A matrícula inicial será efetuada mediante requerimento do pai ou responsável, ou do próprio educando, se maior, observados os critérios definidos em Portaria específica expedida pela Secretaria Municipal de Educação - SME.

**Art. 78** - É expressamente vedado à unidade educacional condicionar a matrícula/rematricula ao pagamento de taxas de quaisquer natureza ou outras exigências adicionais às previstas pela legislação.

### **CAPÍTULO III DA CLASSIFICAÇÃO E DA RECLASSIFICAÇÃO**

**Art. 79** - A classificação dos educandos em qualquer ano/semestre/série, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

**I** - por promoção ou retenção - aos que cursaram o ano/semestre/série na própria escola;

**II** - por transferência - aos procedentes de outros estabelecimentos de ensino, mediante apresentação de documento de escolaridade e que requereram matrícula no ano/semestre/série ali indicado;

**III** - independentemente de escolarização anterior e não possuírem documento comprobatório de escolaridade e requererem matrícula em determinado ano/semestre/série letivo.

**Parágrafo único** - No caso do inciso III deste artigo, a unidade educacional procederá à classificação por meio de avaliação, que deverá contemplar a base nacional comum, obedecendo aos seguintes procedimentos:

**I** - a direção da escola nomeará comissão composta por, no mínimo, 3 (três) educadores, dentre docentes e especialistas, que avaliarão a condição do educando, idade, grau de desenvolvimento, experiências anteriores ou outros critérios que a escola indicar;

**II** - a comissão emitirá parecer sobre o ano/etapa/série adequado para a matrícula, apontando, se necessário, eventuais intervenções pedagógicas;

**III** - o parecer da comissão deverá ser aprovado pelo diretor de escola.

**Art. 80** - A reclassificação será aplicada quando o educando, representado pelo pai/responsável, se menor de idade, ou seu professor ou membro da equipe gestora da unidade educacional, requerê-la justificadamente nas situações:

**I** - ao educando que estiver matriculado na própria unidade educacional e seja requerida matrícula em ano/semestre/série diversa(o) daquela(e) em que foi classificado;

**II** - ao educando que se transferir para a unidade educacional, apresentando documento de escolaridade e requerer matrícula em ano/semestre/série diversa(o) do(a) indicado(a).

**Parágrafo único** - Para cumprimento do disposto neste artigo, serão adotados os procedimentos especificados no Parágrafo único do artigo anterior.

**Art. 81** - Serão admitidas transferências no decorrer de todo o ano letivo.

**Parágrafo único** - Em caso de transferência do educando no decorrer do semestre letivo, caberá à equipe docente o preenchimento da ficha descritiva do desempenho do educando referente ao período cursado.

**Art. 82** - Deverão ser recebidas transferências de educandos provenientes do estrangeiro, respeitadas as determinações legais e adotadas as providências relativas à equivalência de estudos.

**Art. 83** - A transferência do ensino fundamental regular e do ensino médio para os cursos da educação de jovens e adultos ou vice-versa será possível no início do período letivo da unidade de destino, em ano/série/semestre subsequente à(ao) vencida(o).

**Art. 84** - A transferência entre cursos de educação de jovens e adultos – EJA será possível durante o semestre letivo, mediante a utilização dos recursos de classificação e reclassificação.

## **CAPÍTULO IV**

---

### **DA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS**

**Art. 85** - A avaliação da aprendizagem, contínua e cumulativa, é um conjunto sistematizado de ações definido no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Educacional, que indica o grau de progresso dos educandos em função dos objetivos propostos e propiciam o levantamento de dificuldades e as intervenções pedagógicas necessárias para a sua superação.

**Art. 86** - Os educandos que não apresentarem os progressos previstos serão objeto de estudos de recuperação contínua, e se necessário, da paralela, nos termos da legislação específica.

**§ 1º** - - A recuperação, na forma do caput deste artigo e definida no projeto político-pedagógico, processar-se-á de forma:

**I - contínua** - ação permanente em sala de aula, pela qual o professor, por meio de estratégias diferenciadas leva os educandos a superar suas dificuldades;

**II - paralela** - aquela realizada em horário diverso do da classe regular e será entendida como ação específica para atendimento dos educandos que não atingiram

as metas estabelecidas pela Unidade Educacional de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.

**§ 2º** - - Os resultados obtidos pelos educandos nas atividades de recuperação paralela serão sistematizados periodicamente pelo professor regente e considerados nos diferentes momentos de avaliação adotados pelo professor da classe/ano/série/semestre.

## **CAPÍTULO V DA APURAÇÃO DA ASSIDUIDADE**

**Art. 87** - Caberá a equipe gestora em conjunto com a equipe docente definir ações que visem à promoção da permanência e frequência das crianças, jovens e adultos, na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio.

**Art. 88** - Cada unidade educacional deverá realizar controle sistemático da frequência dos educandos às atividades escolares e adotar as medidas necessárias, nos casos de educandos com frequência irregular.

**Art. 89** - O controle da frequência às atividades educacionais deverá ser registrado diariamente pelos respectivos professores, nos Diários de Classe, e enviadas à equipe gestora para análise e tomada de decisão nos casos de constatação de frequência irregular do educando.

**§ 1º** - - Constatada frequência irregular o professor deverá comunicar à equipe gestora para a adoção das medidas cabíveis, previstas no Regimento Educacional.

**§ 2º** - - Os dados relativos à apuração da assiduidade deverão ser comunicados ao educando e aos pais/responsáveis, no decorrer do período letivo, na periodicidade bimestral ou sempre que houver necessidade.

**Art. 90** - A apuração da assiduidade, em cada ano/bimestre/semestre letivo far-se-á:

**I** - na educação infantil, infantil I e II, pelo cálculo da porcentagem em relação ao número de dias de efetivo trabalho educacional, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

**II** - no ensino fundamental regular - ciclo de alfabetização, 4º - e 5º - anos do ciclo interdisciplinar e nas etapas de alfabetização e básica da EJA, pelo cálculo da porcentagem em relação ao número de dias letivos, exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de dias previstos no período letivo;

**III** - no ensino fundamental regular - 6º - ano do ciclo interdisciplinar e demais anos do ciclo aural, nas etapas complementar e final da EJA e nas séries do ensino médio, exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total das aulas previstas no período letivo e de 50% (cinquenta por cento) das aulas previstas em cada componente curricular/disciplina;

**IV** - na EJA modular a frequência exigida para a promoção deverá ser de 100% (cem por cento) em cada módulo, por componente curricular.

**§ 1º** - - No caso do educando se matricular em outra época que não a do início do período letivo, a apuração da frequência deverá incidir sobre o período que se inicia a partir de sua matrícula até o final do período letivo, calculando-se os percentuais sobre as atividades desse período.

**§ 2º** - - No caso de matrícula por transferência, a frequência será apurada considerando-se o somatório da unidade de origem e o da escola recipiendária.

**Art. 91** - Caberá a equipe gestora e docente a adoção das medidas necessárias junto aos pais ou responsáveis para regularizar a frequência do educando que não apresentar a frequência mínima exigida, oferecendo atividades de compensação de ausências, quando for o caso, conforme previsto no Regimento.

**Parágrafo único** - O Conselho de Escola deverá ser informado sobre os casos de reiteradas faltas injustificadas e de evasão escolar a fim de que sejam discutidas providências cabíveis para cada caso.

**Art. 92** - Esgotados todos os recursos previstos no Regimento Educacional, para regularização da frequência do educando, a equipe gestora notificará formalmente o Conselho Tutelar, nos casos de reiteradas faltas injustificadas e de evasão escolar para adoção de medidas no seu campo de atuação visando ao retorno do educando as aulas.

**Parágrafo único** - Após notificação ao Conselho Tutelar, permanecendo irregular a situação do educando a unidade educacional poderá, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, disponibilizar a vaga.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA COMPENSAÇÃO DE AUSÊNCIAS**

**Art. 93** - Caberá a unidade educacional oferecer, bimestralmente, atividades de compensação de ausências para os educandos que ultrapassaram o limite de 25%(vinte e cinco por cento) do total das aulas dadas, conforme critérios estabelecidos no Regimento, com a finalidade de sanar as dificuldades de aprendizagem provocadas por frequência irregular às aulas.

**§ 1º** - A partir do 6º - ano do ensino fundamental regular, das etapas complementar e final da EJA e do ensino médio será considerado, para compensação de ausências, o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total de aulas por componente curricular.

**§ 2º** - Na EJA modular será exigida de 100% (cem por cento), a compensação de ausências dar-se-á nos termos da legislação específica.

**Art. 94** - Caberá aos professores sob a coordenação da equipe gestora da unidade educacional, elencar critérios para a seleção de atividades que promovam a compensação da ausência, por meio do aprendizado dos conteúdos desenvolvidos no

período de ausência do educando, bem como, organizar cronograma para o seu cumprimento/disciplina.

**Parágrafo único** - As atividades de compensação de ausências serão orientadas, registradas e avaliadas pelo professor da classe/componente curricular.

**Art. 95** - No final do bimestre letivo, a frequência às atividades de compensação de ausências será descontada do número de faltas registradas para apuração final da assiduidade.

**Parágrafo único** - Se o educando vier a se transferir no decorrer do ano letivo, o desconto referido neste artigo será efetuado no ato da transferência.

## CAPÍTULO VII DA PROMOÇÃO

**Art. 96** - A promoção ou retenção do educando decorrerá da avaliação do processo educativo e da apuração da assiduidade, nos últimos anos dos ciclos de alfabetização, interdisciplinar e em cada ano do ciclo autoral do ensino fundamental regular, ao final de cada semestre nas etapas da EJA, exceto na etapa de alfabetização onde a promoção/retenção só se dará ao final do segundo semestre e ao final de cada série do ensino médio.

**Parágrafo único** - Nos demais anos dos ciclos do ensino fundamental, os educandos terão direito à continuidade de estudos nos anos subsequentes:

- a) independentemente do resultado obtido na avaliação do aproveitamento do processo educativo;
- b) se obtiverem a frequência mínima exigida pela Lei Federal nº - 9.394/96 e demais dispositivos legais.

**Art. 97** - Será considerado promovido o educando que, ao final dos ciclos interdisciplinar e autoral do ensino fundamental, nos 7º -s e 8º -s anos do ensino fundamental, nos semestres da EJA, exceto na etapa de alfabetização e série do ensino médio, alcançar nota igual ou superior a 5,0 (cinco) em cada componente curricular, considerada a frequência do educando, de acordo com as normas legais vigentes.

**§ 1º** - - No final do ciclo de alfabetização do ensino fundamental, será considerado promovido para o Ciclo subsequente, o educando que obtiver conceito "P" ou "S" em cada componente curricular, com base na análise de seu desempenho global e apuração da assiduidade nos termos da legislação em vigor.

**§ 2º** - A promoção em Educação Física e Arte e nos componentes curriculares da parte diversificada decorrerá, apenas, da apuração da assiduidade, exceto no ensino médio em que a promoção nas disciplinas da parte diversificada decorrerá, também, da avaliação do aproveitamento.

§ 3º - - Na hipótese de o educando não alcançar o conceito/nota referidos neste artigo, o desempenho global do educando será objeto de análise e decisão por parte do Conselho de Classe.

§ 4º- A decisão do Conselho de Classe quanto à promoção ou retenção do educando será expressa mediante Parecer Conclusivo, por meio das categorias: Promovido e Retido (R).

## **CAPÍTULO VIII DOS CERTIFICADOS**

**Art. 98** - Aos educandos aprovados ao final do ensino fundamental regular, da educação de jovens e adultos - EJA e do Ensino Médio será conferido Certificado de Conclusão.

**Parágrafo único** - Para os educandos concluintes da educação infantil será expedido documento comprobatório de conclusão da primeira etapa obrigatória da educação básica.

**Art. 99** - Os diplomas e certificados de qualificação profissional, relativos aos cursos de educação profissional técnica de nível médio serão expedidos pela própria unidade educacional, respeitadas as normas específicas de cada curso e devidamente registrados no Sistema Nacional de Informações de Educação Profissional e Tecnológica - Sistec.

**Art. 100** - As unidades educacionais deverão viabilizar ao educando com grave deficiência mental ou múltipla que não apresentar resultados de escolarização previstos no inciso I do artigo 32 da LDB/96, terminalidade específica do ensino fundamental, desde que assegurada a duração mínima de escolaridade obrigatória de nove anos e esgotados todos os recursos educativos.

**Parágrafo único** - A terminalidade específica de que trata o "caput" deste artigo será conferida por meio de certificação de conclusão de escolaridade, com Histórico Escolar, acompanhado de relatório descritivo com a especificação das competências e habilidades desenvolvidas e aptidões adquiridas, elaborado a partir de avaliação pedagógica realizada em conjunto com a família, representante do Cefai, supervisor escolar, equipe gestora, docentes envolvidos e, se necessário, de representante da Saúde.

## **TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 101** - A unidade educacional que contar com o desenvolvimento de projetos educacionais desenvolvidos além da carga horária regular do educando deverá, respeitadas as normatizações próprias, incluí-los ao projeto político-pedagógico e também no Regimento Educacional.

**Art. 102** - Os documentos da Secretaria de Escola são de uso exclusivo da unidade educacional e das autoridades escolares, sendo vedado o seu manuseio por

pessoas estranhas a escola, assim como a cessão de cópias a terceiros, exceto nos casos previstos na legislação em vigor.

**Parágrafo único** - Fica assegurado a todos os membros da comunidade o acesso à consulta e ciência dos referidos documentos pertinentes aos seus tutelados.

**Art. 103** - Deverão ser expedidas segundas vias de documentos, de prontuário de educandos e funcionários com visto do diretor de escola, por meio de requerimento do interessado ou do pai ou responsável, quando menor.

**Art. 104** - Os bens permanentes adquiridos com verbas do orçamento público, inclusive com as do Programa de Transferência de Recursos Financeiros às Associações de Pais e Mestres - PTRF, do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e/ou de outras fontes farão parte do patrimônio da escola, devendo ser registrados em livro próprio.

**Art. 105** - O Regimento das Unidades Educacionais poderá ser alterado, quando necessário, desde que observadas as diretrizes estabelecidas nos Decretos nº -s 54.453 e 54.453, ambos de 10/10/13 e Anexo Único desta Portaria, devendo as alterações propostas serem submetidas à apreciação prévia do órgão competente, nos termos do disposto nesta Portaria.

**Art. 106** - O diretor de escola e o Conselho de Escola deverão tomar as providências necessárias para que o Regimento da Unidade Educacional seja sempre reconhecido pela comunidade escolar e local.

**FONTE:**

[http://www.sinpeem.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=7533&friurl=-Portaria-no-5941-DOC-de-16102013-paginas-16-a-18-](http://www.sinpeem.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=7533&friurl=-Portaria-no-5941-DOC-de-16102013-paginas-16-a-18-)

---

SINPEEM

---

# **LEI Nº - 14.660 – ESTATUTO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO (DOC de 27/12/2007, páginas 05 a)**

**DE 26 DE DEZEMBRO DE 2007**

*Dispõe sobre alterações das Leis nº 11.229, de 26 de junho de 1992, nº 11.434, de 12 de novembro de 1993 e legislação subsequente, reorganiza o Quadro dos Profissionais de Educação, com as respectivas carreiras, criado pela Lei nº 11.434, de 1993, e consolida o Estatuto dos Profissionais da Educação Municipal.*

GILBERTO KASSAB, prefeito do município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 18 de dezembro de 2007, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

## **TÍTULO I CAPÍTULO ÚNICO**

**Art. 1º.** Esta lei altera as Leis nº 11.229, de 26 de junho de 1992; nº 11.434, de 12 de novembro de 1993; nº 12.396, de 2 de julho de 1997; nº 13.168, de 6 de julho de 2001; nº 13.255, de 27 de dezembro de 2001; nº 13.500, de 8 de janeiro de 2003; nº 13.574, de 12 de maio de 2003 e nº 13.695, de 19 de dezembro de 2003, reorganizando o Quadro dos Profissionais de Educação e respectivas carreiras, e consolida o Estatuto do Magistério Público do Município de São Paulo.

## **TÍTULO II QUADRO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO**

## **CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO DO QUADRO**

**Art. 2º.** O Quadro dos Profissionais de Educação fica composto pelos cargos de provimento efetivo e em comissão distribuídos da seguinte forma:

**I** - Quadro do Magistério Municipal;

**II** - Quadro de Apoio à Educação.

**§ 1º** - Os Quadros dos Profissionais de Educação a que se referem os incisos I e II deste artigo, privativos da Secretaria Municipal de Educação, ficam compostos pelos cargos dos níveis superior, médio e básico, cujas atribuições sejam efetivamente exercidas em unidades da referida Secretaria, compreendendo os cargos de provimento efetivo e em comissão, constantes dos Anexos I e III, integrantes desta lei, onde se discriminam quantidades, denominações, referências de vencimentos, Partes, Tabelas, lotação e formas de provimento.

**§ 2º** - Os cargos dos Quadros dos Profissionais de Educação ficam incluídos nas seguintes partes e tabelas:

**I** - Parte Permanente (PP-III): cargos de provimento efetivo que não comportam substituição;

**II** - Parte Permanente (PP-II): cargos de provimento efetivo que comportam substituição;

**III** - Parte Permanente (PP-I): cargos de provimento em comissão que comportam substituição;

**IV** - Parte Suplementar (PS): cargos destinados à extinção na vacância.

**Art. 3º.** Os cargos dos Quadros dos Profissionais de Educação ficam com as denominações e referências de vencimentos estabelecidas na conformidade do Anexo III, integrante desta lei, observadas as seguintes regras:

**I** - criados, os que constam na coluna “Situação Nova”, sem correspondência na coluna “Situação Atual”;

**II** - mantidos, os que constam nas duas colunas, com as alterações eventualmente ocorridas constantes da coluna “Situação Nova”.

**Parágrafo único** - Em decorrência das modificações ora operadas ficam alterados o Quadro do Magistério Municipal e o Quadro de Apoio à Educação, bem como a estrutura das carreiras e o número dos cargos por elas abrangidos.

## **CAPÍTULO II DAS ESCALAS DE PADRÕES DE VENCIMENTOS**

**Art. 4º.** Ficam instituídas as Escalas de Padrões de Vencimentos dos cargos dos Quadros dos Profissionais de Educação, compreendendo as referências, os graus e valores constantes do Anexo II, Tabelas “A” a “F”, integrante desta lei.

**§ 1º** - Na composição das Escalas de Padrões de Vencimentos, observar-se-á, sempre, no mínimo, o percentual existente entre o valor de uma referência e a que lhe for imediatamente subsequente.

**§ 2º** - Observar-se-á, ainda, entre cada grau, no mínimo, o percentual existente em cada escala ora instituída.

**§ 3º** - As Escalas de Padrões de Vencimentos de que trata este artigo serão atualizadas a partir do mês de novembro de 2007, de acordo com os reajustes e revalorizações concedidos aos servidores municipais, nos termos da legislação específica.

## **CAPÍTULO III DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL**

### **SEÇÃO I DA CONFIGURAÇÃO DA CARREIRA**

**Art. 5º** - A carreira do magistério municipal, que compreende as classes de docentes e de gestores educacionais, fica composta dos cargos constantes do Anexo I, Tabela “B”, integrante desta lei.

**Parágrafo único** - Todos os cargos da carreira do magistério municipal situam-se inicialmente no grau “A” da respectiva classe e a ele retornam quando vagos.

**Art. 6º** - A carreira do magistério municipal, de que trata o art. 6º da Lei nº 11.229, de 1992, e legislação subsequente, passa a ser configurada da seguinte forma:

#### **I - classes dos docentes:**

- a) professor de educação infantil;
- b) professor de educação infantil e ensino fundamental I;
- c) professor de ensino fundamental II e médio;

#### **II - classes dos gestores educacionais:**

- a) coordenador pedagógico;
- b) diretor de escola;
- c) supervisor escolar.

**Art. 7º** - Compreende-se por classe:

I - para os docentes: o agrupamento de cargos de mesma natureza, denominação e categorias diversas;

II - para os gestores educacionais: o agrupamento de cargos de natureza técnica e denominação diversa, na forma do disposto no art. 6º, inciso II, desta lei.

**Parágrafo único.** Observadas as respectivas classes, os integrantes da carreira do magistério municipal serão enquadrados por evolução funcional, nos termos do art. 35, nas referências previstas no Anexo IV, Tabela "A", ambos desta lei.

## **SEÇÃO II DO PROVIMENTO DOS CARGOS DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL**

**Art. 8º** - O provimento dos cargos da carreira do magistério municipal far-se-á:

I - mediante concurso público de provas ou de provas e títulos para os cargos da classe dos docentes;

II - mediante concurso de acesso, de provas e títulos, para os cargos da classe de gestores educacionais.

§ 1º - A Administração, no momento da abertura do concurso público estabelecerá, no edital, a área de atuação de acordo com suas necessidades.

§ 2º - Os docentes que iniciarem exercício após a publicação desta lei no cargo de professor de educação infantil e professor de educação infantil e ensino fundamental I serão enquadrados nas categorias previstas na Tabela "B" dos Anexos I e III, na seguinte conformidade:

**I - categoria 1:** docente portador de habilitação profissional para o magistério, correspondente ao ensino médio;

**II - categoria 3:** docente portador de habilitação profissional específica para o magistério, correspondente a licenciatura plena.

§ 3º - Categoria é o elemento indicativo da posição do professor de educação infantil e do professor de educação infantil e ensino fundamental I na respectiva classe, segundo sua habilitação profissional.

§ 4º - Acesso é a elevação do integrante da carreira do magistério municipal à classe superior da carreira, observada a habilitação profissional exigida para o cargo.

**Art. 9º** - Os concursos de acesso e de ingresso para os cargos da carreira do magistério municipal serão realizados, obrigatoriamente, quando:

I - o percentual dos cargos vagos atingir 5% (cinco por cento) do total de cargos da classe;

**II** - não houver concursados excedentes do concurso anterior para a carreira, com prazo de validade em vigor.

**Art. 10** - Será indeferida liminarmente a inscrição em concurso de acesso do profissional que, no ano imediatamente anterior ao da inscrição, tiver sofrido penalidade de suspensão, aplicada em decorrência de procedimento disciplinar processado na forma da legislação vigente.

**Parágrafo único.** Na hipótese do servidor reverter a penalidade em decorrência de processo administrativo ou judicial não se aplica o disposto no “caput” deste artigo.

### **SEÇÃO III DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO**

**Art. 11.** Observadas as condições e requisitos previstos no Anexo I, Tabela “B”, desta lei, os integrantes da carreira do magistério municipal atuarão nas seguintes áreas:

**I - área de docência:**

- a) professor de educação infantil: na educação infantil;
- b) professor de educação infantil e ensino fundamental I: na educação infantil e no ensino fundamental I;
- c) professor de ensino fundamental II e médio: no ensino fundamental II e no ensino médio;

**II - área de gestão educacional:**

- a) coordenador pedagógico: na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio;
- b) diretor de escola: na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio;
- c) supervisor escolar: na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio.

**§ 1º** - A atuação, na área de docência, far-se-á em regência de turmas, classes ou aulas e nas demais atividades docentes que envolvem o desenvolvimento do processo pedagógico, inclusive as referidas no § 4º deste artigo.

**§ 2º** - A regência das turmas, classes ou aulas pelos docentes será disciplinada em ato do secretário municipal de Educação.

**§ 3º** - Os docentes poderão atuar nas áreas de ensino correspondentes ao cargo que titularizam, para as quais estejam devidamente habilitados, nos termos da lei, na forma e condições estabelecidas por ato do secretário municipal de Educação,

devendo sempre, em todas as situações, ser priorizada a regência de aulas, classes ou turmas.

**§ 4º** - As atribuições na área de orientação de salas de leitura e de laboratórios de informática e regência de salas de apoio pedagógico e de apoio e acompanhamento à inclusão, serão exercidas por docentes integrantes da carreira do magistério municipal ou docentes estáveis, eleitos pelo Conselho de Escola.

**§ 5º** - Para fins de atuação docente em escolas exclusivamente destinadas à educação especial, os integrantes da carreira do Magistério Municipal deverão comprovar sua habilitação específica nesta área, em nível de graduação ou especialização.

## **SEÇÃO IV DAS JORNADAS DE TRABALHO**

**Art. 12** - As jornadas de trabalho dos integrantes da carreira do Magistério Municipal passam a ser as seguintes:

**I - professor de educação infantil:** jornada básica de 30 (trinta) horas de trabalho semanais;

**II - professor de educação infantil e ensino fundamental I e professor de ensino fundamental II e médio:** Jornada Básica do Docente, correspondendo 30 (trinta) horas aula de trabalho se Manais;

**III - gestor educacional:** Jornada Básica do Gestor Educacional, correspondendo a 40 (quarenta) horas de trabalho semanais.

**§ 1º** - A Jornada Básica de 30 (trinta) horas de trabalho semanais, de que trata o inciso I deste artigo, será cumprida exclusivamente nos Centros de Educação Infantil.

**§ 2º** - A sujeição à Jornada Básica do Gestor Educacional, de que trata o inciso III deste artigo implica exclusão, por incompatibilidade, de vantagens decorrentes de outras jornadas ou regimes especiais de trabalho, inclusive sob forma de gratificação ou adicional, previstos em legislação específica.

**Art. 13** - Observadas as condições previstas nesta lei, os docentes titulares de cargos de professor de educação infantil e ensino fundamental I e professor de ensino fundamental II e médio, poderão ingressar nas seguintes jornadas especiais de trabalho:

**I** - Jornada Especial Integral de Formação;

**II** - Jornada Especial de Trabalho Excedente;

**III** - Jornada Especial de Horas/Aula Excedentes;

**IV** - Jornada Especial de 40 (quarenta) horas de trabalho semanais (J-40).

§ 1º - A sujeição às jornadas especiais, de que trata o “caput” deste artigo implica exclusão, por incompatibilidade, de vantagens decorrentes de outras jornadas ou regimes especiais de trabalho, inclusive sob forma de gratificação ou adicional, previstos em legislação específica.

§ 2º - O titular de cargo de Professor de Educação Infantil poderá ingressar nas jornadas especiais de que tratam os incisos II e IV deste artigo.

**Art. 14** - Observadas as condições previstas nesta lei, os docentes titulares de cargos de professor de educação infantil poderão ingressar na Jornada Especial de Hora/Trabalho Excedente, para regência de turmas, exclusivamente nos Centros de Educação Infantil.

**Parágrafo único** - A hora de trabalho excedente de que trata este artigo terá a mesma duração da hora de trabalho da respectiva jornada básica do professor.

**Art. 15** - As jornadas básicas e especiais de trabalho do docente correspondem:

**I - Jornada Básica de 30 (trinta) horas de trabalho semanais:** 25 (vinte e cinco) horas em regência de turma e 5 (cinco) horas atividade semanais;

**II - Jornada Básica do Docente:** 25 (vinte e cinco) horas aula e 5 (cinco) horas atividade semanais, correspondendo a 180 (cento e oitenta) horas aula mensais;

**III - Jornada Especial Integral de Formação:** 25 (vinte e cinco) horas aula e 15 (quinze) horas adicionais, correspondendo a 240 (duzentas e quarenta) horas aula mensais;

**IV - Jornada Especial de Trabalho Excedente e Jornada Especial de Horas/Aula Excedentes:**

a) até o limite de 110 (cento e dez) horas aula mensais, quando o professor estiver submetido à Jornada Especial Integral de Formação;

b) até o limite de 170 (cento e setenta) horas aula mensais, quando o professor estiver submetido à Jornada Básica do Docente;

**V - Jornada Especial de Trabalho Excedente para o titular de cargo de professor de educação infantil:** até o limite de 30 (trinta) horas excedentes mensais;

**VI - Jornada Especial de Hora/Trabalho Excedente:** até o limite de 30 (trinta) horas excedentes mensais;

**VII - Jornada Especial de 40 (quarenta) horas de trabalho semanais:** quando no exercício de cargo de provimento em comissão e prestação de serviços técnico-educacionais.

§ 1º - Ato do secretário municipal de Educação disciplinará o cumprimento da Jornada Básica do Docente e da Jornada Especial Integral de Formação, quando o número de aulas atribuídas ao docente não atingir as quantidades a que estiver legalmente obrigado.

§ 2º - A duração da hora aula será determinada por ato do secretário municipal de Educação, e terá seu valor revisto proporcionalmente, sempre que for alterada.

§ 3º - A hora atividade, a hora adicional, a hora trabalho excedente e a hora aula excedente do professor de educação infantil e ensino fundamental I e do professor de ensino fundamental II e médio terão a mesma duração da hora aula da respectiva Jornada Básica do docente.

§ 4º - As horas atividade que compõem a Jornada Básica de 30 (trinta) horas de trabalho semanais do professor de educação infantil destinam-se ao desenvolvimento de atividades educacionais, trabalho coletivo com a equipe escolar, de formação permanente e reuniões pedagógicas.

§ 5º - A hora trabalho excedente prevista no inciso V deste artigo, terá a mesma duração da hora da respectiva Jornada Básica de 30 (trinta) horas de trabalho semanais do professor de educação infantil.

**Art. 16** - Compreende-se por hora atividade o tempo de que dispõe o docente para o desenvolvimento de atividades extraclasse, dentre outras:

I - reuniões pedagógicas;

II - preparação de aulas, pesquisas, seleção de material pedagógico e correção de avaliações.

§ 1º - Não são consideradas horas atividades aquelas destinadas a reforço, recuperação de alunos e reposição de aulas.

§ 2º - Das 5 (cinco) horas atividade que compõem a Jornada Básica do Docente, 3 (três) serão obrigatoriamente cumpridas na escola e 2 (duas) em local de livre escolha.

**Art. 17.** Compreende-se por horas adicionais o período de tempo de que dispõe o docente em Jornada Especial Integral de Formação para o desenvolvimento de atividades extraclasse, dentre outras:

I - trabalho coletivo com a equipe escolar, inclusive o de formação permanente e reuniões pedagógicas;

II - preparação de aulas, pesquisas, seleção de material pedagógico, correção de avaliações;

III - atividades com a comunidade e pais de alunos, exceto as de reforço, recuperação de alunos e reposição de aulas.

**Parágrafo único.** O tempo destinado às horas adicionais será cumprido:

a) 11 (onze) horas aula semanais obrigatoriamente na escola;

b) 4 (quatro) horas aula semanais em local de livre escolha.

**Art. 18.** Compreende-se por horas excedentes

- a) as horas aula ministradas pelo professor além de sua carga horária regular, quando relativas à Jornada Especial de Horas/Aula Excedentes;
- b) as horas de trabalho prestadas pelo professor em Projetos Especiais de Ação, além de sua carga horária regular, quando relativas à Jornada Especial de Trabalho Excedente.

**Art. 19** - Em regime de acúmulo de cargos, inclusive em outros entes federativos, o Profissional de Educação não poderá exceder a carga horária de trabalho semanal de 70 (setenta) horas.

**Parágrafo único** - Anualmente, o profissional de educação deverá prestar declaração de acúmulo de cargos, ou sempre que a sua situação profissional sofrer alterações, inclusive as decorrentes de concurso de acesso previsto nesta lei.

## **SEÇÃO V**

### **DA REMUNERAÇÃO DAS JORNADAS DE TRABALHO**

**Art. 20** - Os padrões de vencimentos dos integrantes da carreira do magistério municipal, sujeitos às jornadas básicas e especiais, são os constantes do Anexo II, Tabelas "A" a "E", integrante desta lei.

**§ 1º** - Considera-se padrão de vencimentos, para os efeitos desta lei, o conjunto de referência e grau.

**§ 2º** - As faltas a que se refere o art. 92 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, para os docentes, observarão o regulamento para efeitos de desconto e apontamento.

**§ 3º** - Do regulamento a que se refere o § 2º deste artigo deverá constar o número de horas aula que corresponderá a uma falta dia.

**Art. 21.** A remuneração relativa às jornadas especiais de que tratam os arts. 13 e 14 desta lei corresponderá ao número de horas/aula ou horas/trabalho excedentes efetivamente realizadas, cujo valor unitário corresponde a:

#### **I - Jornada Especial de Trabalho Excedente e de Hora/Aula Excedente:**

- a) 1/180 (um cento e oitenta avos) do respectivo padrão de vencimentos do docente em Jornada Básica;
- b) 1/240 (um duzentos e quarenta avos) do respectivo padrão de vencimentos do docente, quando submetido à Jornada Especial Integral de Formação;

**II - Jornada Especial de Hora/Trabalho Excedente:** 1/180 (um cento e oitenta avos) do respectivo padrão de vencimentos da Jornada Básica do professor de educação infantil.

**§ 1º** - O pagamento das horas de trabalho excedentes e das horas/aula excedentes far-se-á mediante apontamento.

**§ 2º** - Na hipótese da efetiva prestação de horas trabalho excedentes e de horas/aula excedentes, a respectiva remuneração será devida na seguinte conformidade:

**I - férias:** média das horas trabalho e horas aula excedentes realizadas no ano letivo anterior;

**II - sábados e domingos:** a proporção do número de horas/trabalho e horas aula excedentes realizados na semana;

**III - recessos escolares, feriados, pontos facultativos, afastamentos e licenças remuneradas concedidas durante o ano letivo:** o número de horas trabalho e horas/aula excedentes atribuídas;

**IV - afastamentos e licenças remuneradas concedidas em período anterior à atribuição de aulas:** a média das horas trabalho e horas/aula excedentes realizadas no ano letivo anterior.

**§ 3º** - As remunerações relativas às Jornadas Especiais de Trabalho serão devidas se e enquanto no efetivo exercício nessas jornadas, nas condições previstas nesta lei, cessando o pagamento quando o profissional dela se desligar.

**Art. 22.** Para fins de descontos, o valor da hora aula, da hora/atividade e da hora adicional corresponderá aos seguintes percentuais:

**I - Jornada Básica do Docente:** 1/180 (um cento e oitenta avos) do respectivo padrão de vencimentos do Profissional de Educação;

**II - Jornada Especial Integral de Formação:** 1/240 (um duzentos e quarenta avos) do respectivo padrão de vencimentos do profissional de educação.

**Parágrafo único** - Os descontos compreenderão os sábados, domingos, feriados, pontos facultativos e recessos escolares, na forma da legislação em vigor.

**Art. 23** - A remuneração dos docentes, das horas/aula prestadas em cada uma das Jornadas Especiais Integral de Formação, de Hora/Aula Excedente e de Trabalho Excedente previstas no art. 13 desta lei, bem como da Hora/Trabalho Excedente prevista no art. 14, poderá ser incluída na base de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo (RPPS), instituída pela Lei nº 13.973, de 12 de maio de 2005, por opção do servidor, na forma do § 2º de seu art. 1º, observadas as demais regras estabelecidas no regulamento a que alude o § 4º do mesmo artigo.

**§ 1º** - Na hipótese de que trata este artigo, a inclusão da parcela correspondente nos benefícios de aposentadoria e pensão dar-se-á na forma do § 3º do art. 1º da Lei nº 13.973, de 2005, e, na ocasião de sua fixação, o respectivo cálculo será proporcional ao tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria voluntária.

**§ 2º** - A inclusão das parcelas relativas às horas aula nos benefícios de aposentadoria e pensão na forma deste artigo fica incompatível com:

**I** - a remuneração de outras jornadas ou regimes especiais de trabalho;

II - parcelas decorrentes do exercício de cargos em comissão;

III - parcelas decorrentes do exercício de outros cargos efetivos da Carreira do Magistério Municipal.

§ 3º - Será garantida a inclusão das vantagens pecuniárias previstas neste artigo nos proventos e pensões se o docente aposentar-se no cargo de professor, sendo vedada a sua transferência para outro cargo ou carreira dos quadros de pessoal do município.

§ 4º - Nas hipóteses dos arts. 89 e § 3º do art. 91 desta lei não se aplica o disposto neste artigo, sendo obrigatória a incidência da contribuição previdenciária.

## SEÇÃO VI

### DO INGRESSO E DESLIGAMENTO DAS JORNADAS DE TRABALHO

**Art. 24** - O ingresso do docente na Jornada Especial Integral de Formação dar-se-á mediante opção anual, desde que completado o número de horas aula que obrigatoriamente compõem a referida jornada, na forma que dispuser ato do secretário municipal de Educação.

§ 1º - Em regime de acúmulo lícito de cargos docentes no magistério municipal, o profissional somente poderá optar pela Jornada Especial Integral de Formação por um dos cargos.

§ 2º - Os docentes portadores de laudo de readaptação ficam impedidos de ingressar na Jornada Especial Integral de Formação.

**Art. 25** - O ingresso na Jornada Especial de Hora/Aula Excedente e na Jornada Especial de Hora/Trabalho Excedente, dar-se-á por atribuição, mediante anuência do profissional, na forma que dispuser ato do secretário municipal de Educação.

§ 1º - Não poderão ingressar na Jornada Especial de Hora/Aula Excedente os docentes:

I - portadores de laudo de readaptação;

II - que, em regime de acúmulo lícito de cargos, inclusive em outros entes federativos, estejam submetidos às seguintes jornadas:  
a) Especial Integral de Formação, ou equivalente, em se tratando de professor de educação infantil e ensino fundamental I e de professor de ensino fundamental II e médio;

b) Jornada de 40 (quarenta) horas de trabalho semanais, ou equivalente, em todos os casos.

§ 2º - Na hipótese de acúmulo lícito de cargos, inclusive em outros entes federativos, considerar-se-á, para efeito da vedação prevista no inciso II do § 1º deste artigo, as jornadas que excedam ao limite previsto no art. 19 desta lei.

**Art. 26** - O ingresso na Jornada Especial de Trabalho Excedente dar-se-á por convocação do diretor da escola, para o desenvolvimento de projeto pedagógico, após autorização do supervisor escolar e mediante a anuência do docente.

**§ 1º** - Não poderão ingressar na Jornada Especial de Trabalho Excedente os docentes:

I - portadores de laudo de readaptação;

II - que, em regime de acúmulo lícito de cargos, inclusive em outros entes federativos, estejam submetidos às seguintes jornadas:

a) Especial Integral de Formação ou equivalente;

b) Jornada de 40 (quarenta) horas de trabalho semanais ou equivalente.

**§ 2º** - Na hipótese de acúmulo lícito, aplica-se o disposto no § 2º do art. 25 desta lei.

**Art. 27** - O desligamento das Jornadas Especiais Integral de Formação e de 40 (quarenta) horas de trabalho semanais dar-se-á nas seguintes conformidades:

I - na hipótese da Jornada Especial Integral de Formação:

a) a pedido, anualmente, na forma disciplinada por ato do secretário municipal de Educação;

b) nos afastamentos a que se referem os arts. 66 e 69 desta lei;

c) em razão de inclusão em outra jornada especial de trabalho;

d) afastamentos previstos nos arts. 47 a 50, 149 e 153 da Lei nº 8.989, de 1979;

II - na hipótese da Jornada Especial de 40 (quarenta) horas de trabalho semanais (J-40): na cessação de designação ou exoneração de cargo em comissão, integrante da estrutura da Secretaria Municipal da Educação, para a qual foi o profissional, quando docente, convocado.

**§ 1º** - Ficam excetuados do disposto no inciso II deste artigo, os afastamentos previstos nos arts. 64, incisos I, II, III, IV, VI, VII, VIII, IX, X e 143 da Lei nº 8.989, de 1979, bem como nas Leis nº 9.919, de 21 de junho de 1985 e nº 10.726, de 8 de maio de 1989.

**§ 2º** - Em regime de acúmulo, o desligamento da Jornada Especial Integral de Formação e da Jornada Especial de 40 (quarenta) horas de trabalho semanais - J.40, dar-se-á, obrigatoriamente, sempre que o limite previsto no art. 19 desta lei for excedido.

## **CAPÍTULO IV DA CARREIRA DE APOIO À EDUCAÇÃO**

### **SEÇÃO I DA CONFIGURAÇÃO DA CARREIRA**

**Art. 28** - O Quadro de Apoio à Educação é composto pelas seguintes carreiras:

I - auxiliar técnico de educação;

II - agente escolar.

§ 1º - As carreiras do Quadro de Apoio à Educação ficam configuradas em classes únicas compostas dos cargos constantes do Anexo I, Tabela "D", integrante desta lei.

§ 2º - Todos os cargos situam-se inicialmente no grau "A" da classe única e a ela retornam quando vagos.

§ 3º - Os integrantes das carreiras do Quadro de Apoio à Educação serão enquadrados por evolução funcional nas referências constantes do Anexo IV, Tabela "A", na forma prevista no art. 35, ambos desta lei.

§ 4º - Categoria é o elemento indicativo da posição do servidor na respectiva classe, segundo sua evolução funcional.

### **SEÇÃO II DO PROVIMENTO DOS CARGOS**

**Art. 29** - Os requisitos para o provimento dos cargos das carreiras do Quadro de Apoio à Educação são os constantes do Anexo I, Tabela "D", integrante desta lei.

**Art. 30** - Os concursos de ingresso para os cargos das carreiras do Quadro de Apoio à Educação serão realizados, obrigatoriamente, quando:

I - o percentual dos cargos vagos atingir 5% (cinco por cento) do total de cargos da classe;

II - não houver concursados excedentes de concurso anterior para a carreira com prazo de validade em vigor.

### **SEÇÃO III DA ÁREA DE ATUAÇÃO E DA JORNADA DE TRABALHO**

**Art. 31** - Os integrantes da carreira de apoio à educação atuarão nas seguintes unidades da Secretaria Municipal de Educação:

I - agente escolar: exclusivamente nas unidades educacionais;

II - auxiliar técnico de educação: nas unidades educacionais e nas unidades regionais e centrais da Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 32** - Os integrantes das carreiras do Quadro de Apoio à Educação ficam sujeitos à Jornada Básica de 40 (quarenta) horas de trabalho semanais.

## **CAPÍTULO V DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

**Art. 33.** O estágio probatório corresponde ao período de 3 (três) anos de efetivo exercício que se segue ao início de exercício do servidor no cargo de provimento efetivo das carreiras do Quadro dos Profissionais de Educação.

§ 1º - O servidor em estágio probatório, para fins de aquisição de estabilidade, será submetido à avaliação especial de desempenho, por comissão instituída para essa finalidade específica, de acordo com critérios a serem estabelecidos em regulamento específico, observadas, dentre outras, as seguintes condições:

I - avaliação do profissional de educação nos aspectos compatíveis com o exercício da função pública;

II - definição dos níveis de responsabilidade de todos os profissionais de educação que deverão atuar no processo de avaliação;

III - fixação dos prazos necessários para a avaliação e respectiva conclusão.

§ 2º - Na hipótese de mudança para cargo de carreira diversa do mesmo quadro, em razão de concurso público, durante o período a que se refere o “caput” deste artigo, haverá nova avaliação, para efeito do cumprimento do estágio probatório, reiniciando-se a contagem do período de estágio probatório de que trata o “caput”.

§ 3º - Durante o período de estágio probatório os servidores integrantes do Quadro dos Profissionais de Educação permanecerão no grau “A” da referência inicial das respectivas carreiras.

§ 4º - O servidor que após o cumprimento do estágio probatório não adquirir a estabilidade será exonerado, na forma da legislação específica.

§ 5º - Para os fins deste artigo considera-se efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - casamento, até 8 (oito) dias;

III - luto, pelo falecimento do cônjuge, companheiro, pais, irmãos e filhos, inclusive natimorto, até 8 (oito) dias;

**IV** - luto, pelo falecimento de padrasto, madrastra, sogros e cunhados, até 2 (dois) dias;

**V** - faltas abonadas nos termos do parágrafo único do art. 92 da Lei nº 8.989, de 1979;

**VI** - exercício de cargo de provimento em comissão na administração direta, cuja natureza das atividades esteja relacionada com as atribuições próprias do cargo efetivo titularizado pelo servidor;

**VII** - (VETADO).

**§ 6º** - Na hipótese de outros afastamentos considerados ou não de efetivo exercício, não previstos no § 5º deste artigo, ocorrerá a suspensão da contagem do período de efetivo exercício para fins de estágio probatório, que será retomada ao término do afastamento, quando o servidor reassumir as atribuições do cargo efetivo.

**Art. 34** - O titular de cargo de professor de educação infantil e de professor de educação infantil e ensino fundamental I que apresentar a habilitação profissional específica para o magistério, correspondente a licenciatura plena, no período do estágio probatório, poderá ser enquadrado na categoria 3, na conformidade do art. 36 desta lei.

## **CAPÍTULO VI DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL E OUTROS ENQUADRAMENTOS**

### **SEÇÃO I EVOLUÇÃO FUNCIONAL**

**Art. 35.** A evolução funcional dos integrantes do Quadro dos Profissionais de Educação é a passagem de uma para outra referência de vencimentos imediatamente superior e será disciplinada em regulamento, observados os seguintes critérios:

#### **I - para os docentes:**

- a) tempo de efetivo exercício na carreira, apurado na forma da legislação vigente e respeitados os mínimos progressivos estabelecidos no Anexo IV, Tabela "A", integrante desta lei;
- b) títulos: considerados o Certificado de Valoração Profissional, cursos de graduação, pós-graduação, especialização, e os promovidos, reconhecidos ou patrocinados pelo órgão técnico da Secretaria Municipal de Educação;
- c) combinação dos critérios tempo e títulos;

#### **II - para os gestores educacionais:**

- a) tempo de efetivo exercício na carreira, apurado na forma da legislação vigente e respeitados os mínimos progressivos estabelecidos no Anexo IV, Tabela "A", integrante desta lei;
- b) títulos: considerados a avaliação de desempenho, cursos de graduação, pós-graduação, especialização e os promovidos, reconhecidos ou patrocinados pelo órgão técnico da Secretaria Municipal de Educação;
- c) combinação dos critérios tempo e títulos;

### **III - integrantes das carreiras do Quadro de Apoio à Educação:**

- a) tempo de efetivo exercício na carreira, apurado na forma da legislação vigente e respeitados os mínimos progressivos estabelecidos no Anexo IV, Tabela "A", integrante desta lei;
- b) avaliação de desempenho;
- c) títulos e atividades.

§ 1º - Os integrantes do Quadro dos Profissionais de Educação manterão, na evolução funcional, o mesmo grau que detinham na situação anterior.

§ 2º - A evolução funcional de que trata este artigo será feita mediante enquadramento, a partir da obtenção das condições necessárias à passagem para a referência imediatamente superior.

§ 3º - A contagem de tempo prevista no parágrafo único do art. 17 da Lei nº 11.229, de 1992, fica assegurada no primeiro enquadramento por evolução funcional na carreira, para aqueles profissionais que até a data da publicação desta lei não se beneficiaram dessa contagem.

§ 4º - O profissional de educação não terá direito à evolução funcional enquanto não cumprido o estágio probatório de que tratam os arts. 33 e 34 desta lei.

§ 5º - Os enquadramentos decorrentes da evolução funcional serão efetuados na referência imediatamente superior, de conformidade com o Anexo IV, Tabela "A", integrante desta lei, observado o interstício de, no mínimo, 1 (um) ano na referência, para novo enquadramento.

§ 6º - Caberá ao secretário municipal de Educação autorizar os enquadramentos de que trata este artigo.

§ 7º - A competência de que trata o § 6º poderá ser delegada.

**Veja a íntegra da Lei nº 14.660/2007 no site do SINPEEM:**  
<http://www.sinpeem.com.br/sites/arquivos/downloads/lei14660.pdf>